

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

NIKOLLAS ALVES SILVA

Uberlândia entre a pena e a vitrine:
narrativas memorialísticas e museológicas na construção da memória oficial de Uberlândia
(1916-2026)

Uberlândia
2026

NIKOLLAS ALVES SILVA

Uberlândia entre a pena e a vitrine:
narrativas memorialísticas e museológicas na construção da memória oficial de Uberlândia
(1916-2026)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

Uberlândia
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2026	Silva, Nikollas Alves, 2004- Uberlândia entre a pena e a vitrine: narrativas memorialísticas e museológicas na construção da memória oficial de Uberlândia (1916-2026) [recurso eletrônico] / Nikollas Alves Silva. - 2026. Orientador: Deivy Ferreira Carneiro. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título. CDU: 930
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

NIKOLLAS ALVES SILVA

Uberlândia entre a pena e a vitrine:
narrativas memorialísticas e museológicas na construção da memória oficial de Uberlândia
(1916-2026)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em História

Uberlândia, 23 de julho de 2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro – INHIS/UFU

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar – INHIS/UFU

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais – INHIS/UFU

AGRADECIMENTOS

Essa monografia, realizada como trabalho de conclusão de curso, representa um enorme esforço pessoal que foi possível com uma forte rede de apoio de familiares, amigos e companheiros importantes para mim, fundamentais na jornada acadêmica que atravesso com felicidade.

Agradeço a Deus pelas bênçãos, pelos livramentos, pelas oportunidades e pelos privilégios. É bom acreditar que algo maior zela por mim e não acredito que a vida seja obra do acaso.

Agradeço especialmente à minha mãe, Marlene, que sempre acredita em mim, sempre me apoia, me orienta, me consola e me sustenta como um porto seguro. Sem ela, sem a sua educação, a sua determinação, a sua inteligência, seus conselhos e incentivos para me tornar um ser humano melhor, eu não seria nada. Tudo o que sou, devo a minha mãe, minha heroína.

Agradeço também aos familiares que sempre me apoiaram e viram em mim potencial. Especialmente às minhas irmãs, Cristina e Amanda pelos conselhos. À minha tia Josélia, pelas conversas e convivência, foi o meu alívio de viver numa cidade grande. Aos meus avós, Ilza e José, pelo apoio e incentivo.

Agradeço imensamente aos amigos que fiz nessa caminhada. Adhara, Bernardo, Caíque, Isadora, Leonardo, Luiza, Gabriel, Mabel, Maria Gabriela, Miguel e Thaís, vocês são de grande importância para mim. Com vocês aprendi a ser uma pessoa melhor e sem vocês eu não conseguiria chegar ao fim dessa empreitada. Sou grato a vocês pelos bons momentos, as risadas e palhaçadas, o apoio e ajuda na graduação. Levo-os para a vida. Agradeço também aos demais colegas que me fizeram companhia na graduação.

Agradeço ao Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro pelo aceite em me orientar nessa pesquisa, desde o momento da definição do tema em seus mais diversos desvios e acertos até os últimos ajustes. Com o seu vasto conhecimento, sua disposição e sua competência, ajudou-me a trilhar pelos caminhos dessa pesquisa. Tenho-o como referência de professor e historiador.

Agradeço também aos membros da banca, Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes pela prontidão e Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar, que foi meu professor em mais disciplinas na graduação e tê-lo agora presente mais uma vez no seu fim é uma satisfação.

Agradeço aos professores que contribuíram na minha educação até aqui, portanto, muito obrigado à Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar e seu corpo docente.

Agradeço também aos professores da graduação que me ajudaram na formação profissional. As discussões dos temas importantes para a História foram decisivas na construção deste trabalho e serão lembradas no exercer da minha profissão e, na vida.

Agradeço ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), ao Setor de Arquivo Geral (SEARQ) e aos seus profissionais, os quais me ajudaram no acesso às fontes, Rafael e Rones.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, ao Instituto de História, ao importante Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela formação como docente promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A universidade pública, gratuita e de qualidade, a qual transforma vidas.

Não seria possível lembrar de todos os nomes, mas agradeço a todos aqueles que de algum modo, contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão dessa etapa de minha vida.

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”

Pierre Nora, 2012, p. 9

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente e de forma comparativa as narrativas histórico-memorialísticas nas obras de Roberto Capri (1916) e Pedro Pezzuti (1922) e a narrativa histórica museológica produzida pela exposição *Nossas Raízes* do Museu Municipal de Uberlândia inaugurada em 2000. Primeiramente, é discutido sobre o caráter historiográfico de obras memorialistas e como essas obras influenciam na história e na historiografia. Uma análise é feita nas obras para evidenciar sua importância na construção de memória coletiva e outra análise crítica na exposição *Nossas Raízes*. Esses dois memorialistas têm por objetivo, mesmo que indiretamente, construir uma narrativa histórica oficial de Uberlândia/MG, haja vista que tais narrativas estão diretas ou indiretamente vinculadas aos grupos sociais dominantes e ao poder público municipal instituído. Este trabalho também observa como as obras memorialísticas são pioneiras na construção da memória coletiva da cidade e como a exposição citada pode ser vista como herdeira dessa construção, que preserva e difunde essa memória. Dessa forma, nota-se construções narrativas relacionadas à civilidade, ordem, progresso e modernidade que tanto influenciam a vida política, econômica, social e cultural em Uberlândia a partir do século XX, ainda presente na contemporaneidade. Por fim, a pesquisa propõe uma intervenção pedagógica patrimonial que foca na narrativa museológica e patrimonial, propondo perspectivas críticas a estudantes sobre patrimônio, representatividade, memória e história em Uberlândia.

Palavras-chave: Narrativa histórica; memorialistas; memória; patrimônio; museu histórico; educação patrimonial; Uberlândia.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze critically and compare the historical-memorial narratives in the works of Roberto Capri (1916) and Pedro Pezzuti (1922) and the museological historical narrative produced by the exhibition *Nossas Raízes* at the Municipal Museum of Uberlândia, inaugurated in 2000. Firstly, the historiographical character of memorialist works and how these works influence history and historiography is discussed. An analysis is made about the works to highlight their importance in the construction of collective memory, and another critical analysis is made of the *Nossas Raízes* exhibition. These two memorialists aim, even if indirectly, to construct an official historical narrative of Uberlândia/MG, given that such narratives are directly or indirectly linked to dominant social groups and the established municipal public power. This research also observes how memorialist works are pioneers in the construction of the city's collective memory and how the aforementioned exhibition can be seen as an heir to this construction, preserving and disseminating this memory. Therefore, it can be noticed that narrative constructions related to civility, order, progress, and modernity, have greatly influenced political, economic, social, and cultural life in Uberlândia since the 20th century, are still present in contemporary times. Finally, the research proposes a pedagogical intervention that focuses on museological and heritage narratives and offers critical perspectives to students on heritage, representation, memory and history in Uberlândia.

Keywords: Historical narrative; memoirists; memory; heritage; historical museum; heritage education; Uberlândia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	SOBRE O CARÁTER DAS OBRAS MEMORIALISTAS	14
3	ANÁLISE RETÓRICA DAS OBRAS MEMORIALISTAS DE ROBERTO CARPRI E PEDRO PEZZUTI.....	26
3.1	<i>Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola de Roberto Capri.....</i>	29
3.2	<i>Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia de Pedro Pezzuti.....</i>	38
4	NARRATIVA MUSEOLÓGICA DO MUSEU MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA E PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	47
4.1	Proposta de educação patrimonial para estudantes da rede de ensino de Uberlândia	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	FONTES	70
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

A fundamentação da narrativa na história não se configura como mera descrição objetiva dos fatos históricos, mas está no cerne da interpretação sobre eles, amalgamando conhecimento, crítica, epistemologia e uma dose de criatividade¹. A narrativa não pode ser considerada mera técnica metodológica no meio historiográfico, um mero instrumento do historiador, mas uma agente muito relevante no palco das discussões dos teóricos da história e da sua filosofia. Explorar como os historiadores têm se utilizado dessa agente em suas investigações é perceber suas ideologias, o tempo em que vivem, a quem se dirigem, os limites, o papel e a finalidade da história, a verdade histórica, o silêncio dos historiadores, entre outras descobertas.

Essa pesquisa se propõe a analisar criticamente narrativas histórico-memorialísticas nas obras de Roberto Capri e Pedro Pezzuti² e a narrativa histórica museológica presente na exposição *Nossas Raízes* do Museu Municipal de Uberlândia, como parte da construção de uma narrativa histórica oficial da cidade de Uberlândia/MG, haja vista que tais narrativas estão diretas ou indiretamente vinculadas aos grupos sociais dominantes e ao poder público municipal instituído. Além disso, na ideia de que é preciso desmistificar esse discurso e evitar a “história única”, evidenciar conflitos e hierarquias sociais, se propõe uma atividade de educação patrimonial destinadas às escolas de educação básica de Uberlândia, visitando o Museu Municipal de Uberlândia, mas também a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, entre outros patrimônios edificados que contam narrativas alternativas à narrativa oficial do poder municipal. O objetivo da proposta pedagógica seria justamente dilatar a noção de patrimônio, estabelecer uma dimensão crítica sobre eles e sobre sua representatividade, bem como os discursos de memórias que deles partem na constituição da historicidade de si, dos estudantes e daqueles que visitam esses lugares de memória, e da cidade de Uberlândia.

A motivação do trabalho centrou-se na ideia de que Uberlândia parece ser construída sob um constante ideal de progresso e desenvolvimento, na imagem de uma cidade ideal, localizada entre o oeste brasileiro e as grandes capitais; um lugar de prosperidade e de

¹ FARIA, Natália Médici. O papel da narrativa na historiografia: A perspectiva de Hayden White em um contexto modernista. XXXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 33, 2025, Belo Horizonte. *Anais [...] Belo Horizonte: ANPUH-Brasil, 2025. Disponível em: https://www.snh2025.anpuh.org/resources/anais/11/snh2025/1755884858_ARQUIVO_a4d7dbd78eb0d1d02223_ec64572212eb.pdf*. Acesso em 16 jun 2026.

² CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha* – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916; PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha* – Historia, Administração, Finanças, Economia. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

oportunidade. Essa imagem de cidade está presente nos dois primeiros livros de certo caráter historiográfico, num salto de mais de um século, também presente na exposição do Museu Municipal, sinal de que tal narrativa ainda se perpetua de alguma maneira.

Os escritores dos livros analisados são Roberto Capri, publicitário e jornalista, que fora contratado por algumas Câmaras Municipais e outras instituições públicas para escrever livros sobre cidades paulistas e mineiras, portanto não estava inserido no círculo social uberabinhense. Já o Cônego Pedro Pezzuti foi o vigário de Uberabinha de 1911 a 1919 e fazia parte da sociedade intelectual da cidade, sendo responsável por organizar uma obra dessa espécie a pedido do poder municipal. Ambos os autores são italianos e migraram para o Brasil no auge do processo histórico de migração italiana. Os seus livros, longe de serem eruditos, representam para o pesquisador, fontes documentais importantes para o entendimento de como foi concebida a sociedade uberlandense. Neles é listado quais eram as figuras públicas no meio político, comercial e social, os feitos do poder público, a infraestrutura, os aspectos naturais, a composição social, as famílias tradicionais, a economia e outros aspectos semelhantes. Esses elementos são considerados nesta análise na tentativa de decifrar qual seria a narrativa oficial do poder local sobre a cidade, já que ambas as obras foram financiadas pela Câmara Municipal.

Além disso, a escolha se pauta pela semelhança que o livro de Capri e Pezzuti possuem como sendo os primeiros livros sobre a história de Uberabinha, antes de se tornar Uberlândia em 1929, se desvencilhando da sombra de Uberaba, sua antiga instância administrativa, como se fosse uma “Uberaba pequena”. Sobre os memorialistas, será mais detalhado no desenvolvimento deste trabalho, especificamente no segundo capítulo.

Dessa forma, o arcabouço retórico utilizado nesses livros contém indícios de discursos de ordem, progresso civilizatório e modernidade sobre a cidade de Uberlândia, provenientes de setores sociais que ocuparam e ocupam o poder público, cujas ações reverberam até hoje e influenciam a vida política, econômica, social e cultural em Uberlândia.

Como forma discursiva sobre a história e a memória, um exemplo muito forte é através do Museu Municipal de Uberlândia, instrumento dessa mesma narrativa. A exposição *Nossas Raízes*, inaugurada no Museu em 23 de agosto de 2000, foi concebida, conforme o projeto curatorial, como “uma exposição temática e de recomposição cenográfica que venha retratar a trajetória da antiga Uberabinha, no período que compreende a ocupação da região no início do século XIX até a primeira década do século XX, mais precisamente até o ano de 1908”³. A

³ UBERLÂNDIA apud PEREIRA, Renato José. *Museu Municipal de Uberlândia: memórias e representações presentes na exposição Nossas Raízes (2000-2009)*. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 17-18.

coletânea de objetos antigos expostos é predominantemente rural, de uso nas fazendas ou objetos presente nos primeiros comércios da cidade, isso demonstra que o conteúdo exposto é para identificação de uma elite para seus ancestrais, começando com precariedade numa narrativa linear e de ascensão, o que visa legitimar um ideal de progresso na cidade, bem como é encontrado na retórica escrita dos memorialistas.

No primeiro capítulo, realizaremos uma discussão acerca do caráter das obras memorialísticas, enquanto fontes históricas usadas para a pesquisa em História, enquanto historiografia como área de estudo com rigor metodológico, a representatividade e a memória presente nessas obras, a noção de história e o seu objetivo para os memorialistas e no contexto da época de produção e também, sobre a reverberação do discurso no meio social, que por vezes, acaba influenciando na formação de imaginário hegemônico sobre a cidade. Para isso, diversos autores que estudam narratividade histórica como Roger Chartier⁴, Fernando Catroga⁵, Paul Ricoeur⁶, José D'Assunção Barros⁷, Jörn Rüsen⁸, Viviane Domingues⁹, Washington Drummond com Alan Sampaio¹⁰ e Estevão Martins¹¹ foram usados para ajudar a entender o gênero com o qual estamos lidando.

O segundo capítulo é composto de uma análise dos livros de Roberto Capri e Pedro Pezzuti, identificando estratégias argumentativas utilizadas pelos autores com o propósito de estabelecer uma memória sobre a construção e desenvolvimento de Uberabinha na primeira metade do século XX, de forma de a consolidar um ideal de progresso. Para isso, se utiliza de três ferramentas da análise retórica aristotélica: o *ethos* que dá autoridade e credibilidade ao orador; o *pathos* que se constitui o apelo emocional que o orador provoca na plateia, alterando seus julgamentos; o *logos*, que são os próprios argumentos, as provas, os dados utilizados que garantem a confiabilidade do que é dito. As obras são analisadas também em seu contexto de

⁴ CHARTIER, Roger. A História cultural - entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

⁵ CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quareto, 2001.

⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1. Campinas: Papirus, 1994.

⁷ BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012.

⁸ RUSEN, Jörn. Pragmática. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

⁹ DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

¹⁰ DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *Genealogia e historiografia: dissolução do sujeito, elisão da memória*. IN: Redobra - UFBA, nº 13, Ano 5, 2014.

¹¹ MARTINS, Estevão C. de Rezende. "Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido". In: *Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia*. Uberlândia (40): pp. 55-80, jan. jun. 2009.

produção, visto que o poder público é quem encomenda as obras e visa resultados ideológicos na divulgação delas.

No terceiro capítulo é apresentado uma crítica à narratividade museológica do Museu Municipal de Uberlândia, como produtor e mantenedor da memória. O foco é na exposição *Nossas Raízes* que projeta a história oficial atualizada que o município discursa, como herança das narrativas histórico-memorialísticas de Roberto Capri e Pedro Pezzuti como sendo os pioneiros na construção dessa memória sobre a cidade de Uberlândia. Essa memória é fundada em ideais desenvolvimentistas, de progresso e de ordem rumo à modernidade. O destaque vai para a análise do discurso museológico da exposição, a questão dos lugares de memória e as noções de patrimônio e de representação e por fim, a articulação com o ensino de História. Em contraponto a essa memória construída pelos memorialistas e preservada discursivamente em exposição do Museu Municipal de Uberlândia, propõe-se a visita crítica na exposição do Museu e em outros lugares de memória de Uberlândia que enfrentam essa narrativa memorialística e museológica e a colocam em xeque. O capítulo é fundamentado em autores como Renato Pereira¹² que vai analisar a exposição em questão, Ulpiano Bezerra de Meneses¹³, Néstor Garcia Canclini¹⁴, François Hartog¹⁵ e Pierre Norra¹⁶, Francisco Santiago¹⁷, Pierre Bourdieu¹⁸ e Átila Tolentino¹⁹.

¹² PEREIRA, Renato José. *Museu Municipal de Uberlândia: memórias e representações presentes na exposição Nossas Raízes (2000-2009)*. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

¹³ MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994.

¹⁴ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. São Paulo: Autêntica, 2013.

¹⁶ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 jun. 2026.

¹⁷ SANTIAGO, Francisco das Chagas Fernandes. Auto de fê para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História (São Paulo)*, v. 42, p. e2023032, 2023.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁹ TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, p. 39-48, 2016.

2 SOBRE O CARÁTER DAS OBRAS MEMORIALISTAS

É preciso ponderar o caráter das obras memorialísticas utilizadas nesse trabalho como fonte histórica originada da memória que pode ser categorizada como historiografia ou como um modo distinto do que hoje entendemos como historiografia. Mas não se pode descartar de forma contundente que não haja uma operação historiográfica nesses trabalhos e a discussão desse capítulo gira em torno disso. Podemos considerar essas obras como narrações históricas que assinalam os fatos ocorridos em determinado tempo e lugar na realidade. O nome dado a esse tipo de trabalho é sugestivo em se tratar de um narração da memória, que como tal, é um quadro recortado da realidade “à revelia dos atores sociais, [que] traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”²⁰, que diz que tal passado para nós, ou presente ou futuro projetado pelos que escreveram, são representações do que aconteceu e não a realidade como ela é. Para Drummond e Sampaio,

à memória não compete conservar certas informações. Ela não representa o passado. Ou melhor, ela representa eventos ou acontecimentos passados tal como o teatro representa, não no sentido em que deriva daqueles, e sim de modo soberano, torna aquilo que passou duplo de sua narrativa²¹.

Ainda assim, é possível estabelecer fortes relações entre a história e a memória. Elas são apenas maneiras diferentes de observar o desenrolar da vida humana no tempo e espera que cada uma tenha à sua maneira de observação, suas perspectivas e suas exigências próprias, determinadas para cada uma. A memória possui características de legitimação de feitos, por exemplo, observando como o passado está presente em certos costumes e tradições, gera identidade, fundamenta saberes e hierarquizações que não fazem mais sentido naquele presente vivido. Sendo através desses passados ainda presentes, é muito comum o surgimento de narrativas que legitimam o presente, uma continuação do passado para o futuro. A história, por sua vez, tem como pretensão de organizar, relacionar e confrontar tais memórias, concebendo como produto um saber com método para se dizer um campo de conhecimento universalmente aceito.

²⁰ CHARTIER, Roger. *A História cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985, p. 19.

²¹ DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *Genealogia e historiografia: dissolução do sujeito, elisão da memória*. IN: *Redobra - UFBA*, nº 13, Ano 5, 2014, p. 164.

Os livros de memória, em geral, tendem a estar na tênue linha que supostamente classifica a memória e a história. São gêneros distintos que descrevem o cotidiano na perspectiva de quem escreveu como se contasse uma crônica verídica e vista de perto sobre os acontecimentos, possibilitando que outros possam contar os mesmos acontecimentos de forma diferente, tendo modos distintos da compreensão do real. A variabilidade de perspectiva, muito rica para a organização que a história se propõe a fazer, não é muito cogitada se tratando desse gênero e as experiências narradas tendem a permanecer individualizadas e privilegiadas a um só olhar, de um só grupo ao qual esse autor pertence. Assim, uma característica que obras memorialistas possuem é de preservar a memória, a história, as experiências de um passado vivido de certo grupo social, o que coloca grupos alheios como *outsiders*²² ou desviantes dessa memória, dessa história narrada.

O narrador da memória toma como verdade e como recurso narrativo da história o seu relato, fazendo com que a memória individual ou pertencente a apenas o seu grupo, passe a ser uma memória coletiva comum a todos os grupos sociais envolvidos, mesmo que estes nem precisem aparecer no relato literário. A reconstrução do passado por parte desse autor que escolhe o que entra no seu relato de memória, pode servir a interesses particulares do grupo na construção de uma imagem de integração social, pertencimento, coletividade, mas também de hegemonia vinda diretamente do passado vivido para o presente.

Entretanto, o historiador se utiliza da memória como maneira de encontrar formas de lembrar e evitar que a história caia no esquecimento. Assim, a memória serve de fundamento ao historiador como fonte histórica e fonte de recuperação do que se imagina ser determinada época, permitindo dizer que a memória não pode ser tomada como verdade. Dada a memória como fonte para o historiador, o documento que armazena essa memória, segundo Le Goff,

não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.²³

Tal análise do documento como monumento é abordada no sentido de desmitificação desse documento enquanto verdade absoluta. Segundo Le Goff, é preciso que o historiador o

²² A sociologia do desvio estuda comportamentos fora dos costumes, crenças, padrões e regras estabelecidos pelo grupo dominante e consideradas “anormais”, pesquisada principalmente pelo sociólogo Howard Becker. Os *outsiders* são sujeitos desviantes dessas normas. Ver BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

²³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990, p. 545

desmistifique e evidencie as falsidades que nele possa conter²⁴. Bem como a memória contém subjetividade, a investigação da história também carrega questões que inquietam historiadores preocupados com sua operação. Com essa subjetividade por exemplo, existem impressões do autor que concebeu tal história, inserido em contexto histórico. Dessa forma, a narrativa torna-se repleta de marcas de seu tempo, de sua cultura, de sua formação profissional, de sua ideologia e dos interesses do próprio historiador, bem como da tradição à qual pertence.

É justamente nesse ponto, em que memória e história se entrecruzam na produção do conhecimento histórico, que as reflexões de Fernando Catroga se tornam particularmente relevantes. Em *Memória, História e Historiografia* (2001)²⁵ o autor problematiza o dilema do historiador entre a inevitável subjetividade da memória e a responsabilidade inerente ao ofício, concluindo que as relações entre memória e história se situam nessa linha tênue de incerteza acerca da verdade histórica. Esta deixa de ser concebida como objetiva e passa a assumir um caráter ambíguo, afastando-se de uma perspectiva estritamente cientificista. Além disso, suas reflexões permitem pensar a história escrita como tributária da memória, constituindo uma espécie de “memória escrita”, isto é, uma memória científica, produzida por meio de métodos e técnicas que lhe conferem credibilidade. Ao considerar a origem do ofício do historiador e sua disciplinarização no século XIX, Catroga demonstra que a história possui um caráter retórico, pois constrói e legitima memórias e tradições com respaldo científico, contribuindo para a consolidação de ideias de nação e para a unificação de grupos sociais. Estabelecer uma memória coletiva que unisse a nação era, por exemplo, um interesse político e ideológico fundamental na formação dos Estados nacionais europeus. Dessa forma, ao abordar a construção de ideais civilizatórios, seja por meio da escrita memorialística aqui analisada, seja por meio das exposições museológicas – objetos da memória no passado e no presente –, torna-se inevitável reconhecer que a própria escrita da história participa desse processo, justamente por ser tributária da memória.

Os conceitos de *interesse* e *tradição* são colocados por Estevão Martins como fundamentais tanto para entender a “construção do discurso historiográfico quanto para seu entendimento”²⁶. Sendo o *interesse* a motivação ativa do historiador, aquilo que o leva a conectar as questões e perspectivas do presente com as sociedades e culturas do passado. A *tradição* é o conjunto de elementos materiais e imateriais (conhecimentos, costumes, formas de

²⁴ Ibidem, p. 110.

²⁵ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001.

²⁶ MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido”. In: *Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia*. Uberlândia (40): pp. 55-80, jan. jun. 2009, p. 58.

agir) do passado que permanecem vivos e presentes na consciência da sociedade atual, porém não se trata da preservação de formas do passado de maneira passiva e acrítica, mas uma transmissão humana ao longo do tempo dentro dos limites da memória²⁷. Sem o interesse e a tradição, desígnios das subjetividades e perspectivas do historiador, teríamos um “acervo morto” de ações humanas, sem que haja organização e transformação delas num sentido inteligível. Dessa maneira, a transformação da memória em documento, pelo historiador, beneficia-se do rigor metodológico convencionado – o que Martins denomina de “pacto historiográfico” – e concebe a história, aquela que tem a pretensão, em alguma medida, de objetividade, mas que ainda assim, não escapa da subjetividade inerente ao historiador como sujeito histórico.

Mas o pacto historiográfico justifica boa parte da diferença entre memorialismo e historiografia, como coloca Martins:

O acervo do passado vive, no entanto, de forma dinâmica, em primeiro lugar, pelo preenchimento e pelo cultivo da memória. Nela operam, articuladamente, o interesse e a tradição, e nela se encontra a transposição ativa, para o presente contínuo, do que se percebe ou se pensa necessário saber para ser. Essa tradição ativa é o ponto de partida para o acesso da reflexão histórica à transformação da experiência (do passado) em história²⁸.

As obras memorialistas em geral dificilmente se encontrarão no bojo desse método histórico, principalmente no Brasil, onde cursos desse nível só serão implementados nas primeiras décadas do século XX nas grandes cidades e não no interior. Quando se fala sobre o memorialismo, são trabalhos que envolvem história e memória que normalmente, fogem das normas acadêmicas e de seu rigor, sendo seus autores, pessoas ligadas ao círculo intelectual ou que tenha certa formação em certo grau de instrução mais elevado. Isso se revela em diversas figuras de uma segunda geração, se podemos chamar assim, da intelectualidade brasileira no fim do século XIX e início do século XX. Muitos desses intelectuais cursaram direito e foram figuras políticas e que ainda estavam vinculadas à Academia Brasileira de Letras. Estas figuras são reconhecidas como historiadores mesmo não tendo essa formação específica. Podemos citar como exemplo Joaquim Nabuco, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Amado, Pedro Nava e muitos outros. Os escritos ou eram descrições de suas próprias memórias como um relato de

²⁷ Ibidem.

²⁸ MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido”. In: *Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia*. Uberlândia (40): pp. 55-80, jan. jun. 2009, p. 59.

memória ou estudos sobre os lugares, as culturas, as sociedades do qual reuniam-se informações com os sujeitos ou em documentos e obras.

Portanto, temos definições distintas para esse gênero literário que se divide em relato de memória de maneira individual e a reunião de informações passadas alheias ao autor. O relato de memória costuma ter um caráter mais íntimo, como um diário organizado de forma cronológica, os acontecimentos e conquistas de determinado sujeito, como uma autobiografia. De outra maneira, o memorialismo também pode se preocupar em elaborar obras onde se reúnem informações que foram preservadas de algum modo, mas que não dizem respeito ao autor, mas que ele voluntariamente decidiu organizar as memórias, tal como um entusiasta organiza seu antiquário. Dessa maneira, segundo Flávio Carnielli²⁹ podemos pensar no memorialismo como um antiquário narrado na escrita, sendo uma coleção de fatos, curiosidades, datas históricas organizadas cronologicamente, mas sem que haja um problema. Mesmo assim, essa coleção tem seu valor como fonte para se desvendar perspectivas sobre a cidade, é preciso observar “como e por que aparecem esses trabalhos e quais são as leituras que eles traçam da cidade, leitura essa que, como já dito, vincula memória e história na construção de símbolos (talvez lugares de memória) e histórias locais”³⁰.

Diante do exposto, os respectivos autores de obras memorialísticas, nestas obras, não se preocuparam com citações de fontes e acervos que foram evidentemente consultados e os arquivos visitados, quem e quais são os seus guardiões, os diálogos com outras produções do tipo ou outras referências a documentos para dar autenticidade e autoridade àquilo que foi escrito. Não apresentam uma preocupação em apontar problemas políticos, econômicos, sociais ou de outra natureza, pois esse não constitui, de fato, nem o objetivo de sua escrita e nem a concepção de história de que escrevem. O caráter de história em que é possível encontrar nesse tipo de obra é muito semelhante a uma organização de pensamento histórico escolar tradicional em que são ensinados os acontecimentos políticos mais marcantes, as datas, os heróis e as figuras que emprestam seu nome as ruas e as avenidas do centro da cidade hoje.

Por isso é importante pontuar o quão tênue é a linha entre memorialistas e historiadores. Ambos estão cercados de projeções de passado e de presente, as formas de interpretação dos fatos e os pressupostos dispostos a eles em seu tempo de estudo, os lugares sociais, econômicos, culturais e acadêmicos dos quais falam e outros fatores epistemológicos aproximam

²⁹ CARNIELLI, Flávio. A cidade do cartão-postal: os memorialistas de Campinas e suas leituras da cidade (1930-1974). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 57-76, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v14i15.8645640. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645640>. Acesso em: 16 abr. 2026.

³⁰ Ibidem, p, 59-60.

historiadores de memorialistas. Mas Viviane Domingues aponta, se utilizando de Jörn Rüsen, o abandono da certa essência da história por parte dos historiadores através de

muitas obras sobre os fundamentos da ciência [que] buscam elementos mais complexos que acabam colocando a ciência histórica como elementar ao ser humano e deixam de investigar as razões de fato elementares que trazem a necessidade e existência da ciência histórica, e, porque ela se constituiu e se desenvolveu de determinadas formas³¹.

Ora, o rigor metodológico nos é muito caro, porém, Domingues argumenta que a demanda da história não é mero elemento científico, mas humano a partir da consciência histórica e constitui identidade, segundo Rüsen.

(...) O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido³².

Ainda assim, a autora coloca que o público em geral que se interessa pelos fatos históricos, que o filtro positivista serve bem, mesmo apesar das muitas diferenças metodológicas e teóricas, a grande diferença seria em escolher mostrar ou ocultar a todos as ferramentas usadas na construção da obra, sendo isso feito através da consciência. Mas mesmo não preocupados ou com difícil acesso aos novos paradigmas acadêmicos historiográficos e nem com a formação acadêmica adequada ao título de historiador, os memorialistas puderam fazer disso não uma historiografia rigorosa como conhecemos, talvez se utilizando da memória individual ou social da ocasião, mas com certeza, elaboraram uma narrativa histórica.

A contribuição de Paul Ricoeur relacionada à narrativa histórica, na obra *Tempo e Narrativa* (1983-1985), também pode ajudar a pensarmos sobre algumas questões da narrativa memorialista analisada. Mesmo não possuindo cunho historiográfico propriamente dito, configurada pelo pacto historiográfico, não deixam de ser obras de pretensões historiográficas e tomadas como fontes da narrativa histórica da ocasião em que foram concebidas. Tomando a

³¹ DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 11.

³² RÜSEN, Jörn apud DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 10.

incorporação típica de Ricoeur ao usar o “quase”³³ em conceitos aplicados em situações controversas, podemos dizer que o memorialismo pode se tratar de uma quase-historiografia.

Isso quer dizer que a narrativa em questão, a narrativa memorialística, embora não se submeta ao pacto historiográfico, ou seja, aos rigores metodológicos, à distância crítica, à evidência de documentos que legitimam como prova e outras fontes e as demais convenções da História, ainda sim, carrega pretensões historiográficas.

Portanto, ela vai além de mera fonte histórica, como é usada neste trabalho ou em outros sobre a história da historiografia, por exemplo, ao compreender que tipo de narrativa histórica se dava na época que foi produzida. Ela também possui características de bibliografia, de material dialógico usado no debate do passado, carrega elementos valiosos para o conhecimento do passado, que conversa com a realidade e a verdade histórica. Por esse caráter limítrofe e ambíguo de trabalhos memorialísticos nos estudos históricos é que os designo como uma “quase-historiografia”, pegando emprestado o sufixo comumente usado por Ricoeur.

Mas o ponto central que Paul Ricoeur discute que nos vale para este trabalho não é a utilização do termo “quase”. A questão se inicia com uma crítica ao movimento de história lógica ou estruturalizante que a *Escola dos Annales* propôs no campo historiográfico sem que haja a relação dessa narratividade histórica lógica com o vivido, ou seja, a história estaria se preocupando demasiadamente em questões intelectuais e da mentalidade e ignorando a própria vida, a experiência, as ações humanas. Ou seja, os historiadores da história-problema se orgulhavam de serem aqueles que se livraram da narratividade tradicional da história, que tratava apenas de informar ao leitor sobre os fatos, os eventos políticos, de forma linear e objetiva. Porém, ao focarem numa análise lógica-estrutural, de forma muito abstrata e sem eventos, essa análise acaba por ignorar a realidade, a experiência humana do vivido no almejo desse cientificismo da história.

Por esse caráter abstrato de fazer a história que chega a ser a-histórico e atemporal, Paul Veyne, no século XX, foi um dos intelectuais o qual propôs que o tempo não teria importância para os estudos históricos porque os historiadores narram intrigas. Segundo Veyne,

o historiador recorta à sua vontade um pedaço de vida e organiza em uma intriga. Esta intriga não se ordena necessariamente segundo uma ordem cronológica. Ela pode ser um corte transversal de diferentes ritmos temporais. Os fatos que interessam ao historiador dependem da intriga que ele está construindo. [...] Um evento não é um fato real, mas um cruzamento de itinerários narrativos possíveis. [...] Para ele, escrever

³³ Quem faz essa observação do uso do “quase” por Paul Ricoeur é José D’Assunção Barros. Ver em BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012, p. 2.

história é uma atividade intelectual. Ela não produz “consciência histórica”. O conhecimento do passado não é “consciência”, mas uma reconstrução racional. A história não é existencial. Ela é organização pela inteligência de dados que se referem a uma temporalidade que não é do *dasein* (o vivido humano). A história não se refere ao homem em seu íntimo. A história é uma atividade de conhecimento e não uma arte de viver.³⁴

Para Ricoeur, o trabalho do historiador seria a integração da lógica e o vivido, pensada sobre a dialética entre o “tempo lógico” de Aristóteles, fundamentado pelos movimentos dos astros e o “tempo da alma” de Santo Agostinho, caracterizado pelo tempo interior e numa noção psicológica própria de cada indivíduo. A síntese para o historiador tentar conciliar as duas concepções de tempo seria que

o tempo torna-se “humano” precisamente quando é “organizado à maneira de uma narrativa”, e a narrativa extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de “retratar os aspectos da experiência temporal”. Temporalidade e Narratividade reforçam-se reciprocamente³⁵.

Não é possível, para Santo Agostinho, apreender conceitualmente a noção de tempo e a forma de compreendê-lo seria somente através da narrativa³⁶. Assim, o tempo vivido não se torna algo inenarrável, mas compreendido na intriga narrada em que criamos, na intriga lógico-poética. Esse conceito de base aristotélica quer dizer que o historiador atua como o poeta o qual constrói a intriga narrada, a narrativa, que por sua vez é uma imitação (*mimese*) da ação, ou seja, advém da experiência, da realidade, do vivido³⁷. Assim, a narrativa é a organizadora dos dois tempos, do tempo agostiniano e do tempo aristotélico, sendo a experiência humana confusa temporalmente entre essas duas noções.

Portanto, assim como o teatro, arte analisada por Aristóteles, é a imitação (*mimese*) da realidade, também é a narrativa histórica, uma imitação (*mimese*) da ação, não representa o que de fato ocorreu. Dessa maneira, Ricoeur coloca a narrativa histórica muito próxima da arte do teatro, muito próximo da ficção, em que existe um roteirista a escrever a trama, ocorrendo nela, como ela se desenvolve, quais são seus personagens principais e os coadjuvantes. Portanto, a narrativa histórica é uma representação construída pelo historiador, especificamente nesse caso,

³⁴ REIS, José. Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>. Acesso em: 7 maio. 2026, p. 20.

³⁵ BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012, p. 6.

³⁶ Ibidem, p. 25-26

³⁷ REIS, José. Carlos. op. cit., p. 25-26.

pelo memorialista. Mas é importante pontuar que, para Ricoeur, a plateia também participa da criação desse roteiro, ela é coautora.

Dado o contexto, a questão é que a narrativa histórica deve estar diretamente em contato com o vivido, ou melhor, ela emerge do vivido para criar vínculo com o leitor que a ressignifica e se apropria dela, modificando o próprio vivido, na lição final de Paul Ricoeur, a narrativa e, especificamente, a narrativa histórica tem utilidade para a vida e ensina a viver³⁸. Essa é a hermenêutica ricoeuriana, que se constitui num ciclo do qual depois da incorporação da narrativa ao vivido pelo leitor, modificando-o, novamente o autor se nutre do vivido já modificado. Dessa maneira, o papel do receptor da narrativa é muito relevante no “círculo hermenêutico” porque ele também exerce influência na narrativa produzida por estar contido no viver³⁹.

Curioso é perceber que para Ricoeur, de acordo com Barros, a plateia se torna sujeito, portanto, ela observa a história, se percebe nela, insere-se como ator e passa pela catarse de se ver: “A narrativa oferece-lhe uma contemplação da própria presença [...]. Ele tem uma “visão” de si mesmo do mundo e do outro e das suas relações recíprocas. [...] ele reconstrói a sua imagem e a imagem do mundo”⁴⁰. Portanto, busca-se demonstrar que a narrativa histórica é uma construção imagética da realidade, ou seja, que imita a realidade, transforma a realidade social e tendo tal capacidade, pode ser usada de forma a projetar ideais e condutas numa dada realidade social. É por isso que para Ricoeur, a história tem como objetivo “ensinar a viver”.

Sendo assim, podemos dizer que os memorialistas, bem como os historiadores, são produtores de narrativa histórica, portanto, podemos pensar sua obra na lógica hermenêutica ricoeuriana, que capta a narrativa do viver cotidiano. Os memorialistas

fazem parte de um estilo de narrativa histórica, que também merece ser estudado, para permitir a compreensão do que a população entende por história e sendo assim, os memorialistas são como os historiadores no ato de transformar em texto os anseios da consciência histórica, e apenas se diferenciam a partir dos métodos e teorias utilizadas.

³⁸ José D’Assunção Barros em seu artigo sobre a filosofia sobre narrativa histórica em Paul Ricoeur, aponta que ele não recupera a superada noção de “*historia magistra vitae*” e nem outras muitas formas semelhantes, mas que a história tem utilidade para a vida de qualquer um que tenha contato com a narrativa, sendo essa preocupada com o vivido. Ver mais em BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012, p. 26.

³⁹ BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012, p. 16-24.

⁴⁰ REIS, José. Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>. Acesso em: 7 maio. 2026, p. 27.

Entendemos então, que os memorialistas são fontes preciosas para o historiador porque são sistematizadores de consciências históricas⁴¹.

E a confirmar que a história tem utilidade para a vida de qualquer um que tenha contato com a narrativa, “os memorialistas não escrevem sobre história porque simplesmente desejam competir terreno com os historiadores, como muitos acreditam, mas porque a história é um desejo e uma necessidade de todos”⁴². Portanto, temos duas perspectivas dialógicas sendo uma crítica de Jörn Rüsen pelo afastamento da operação historiográfica com a consciência histórica organizada pela narrativa ligando as temporalidades, dando sentido ao viver e construindo identidade. A outra seria a de Paul Ricoeur, com esse mesmo afastamento com o vivido e juntas, são úteis para pensar que os memorialistas estão bem mais conectados com o campo prático da vida, o cotidiano, a sua comunidade, a própria compreensão da vida do que os “cegos historiadores”. Por sua vez, os textos memorialistas podem fazer mais sentido e se conectam com o público de forma mais próxima que os textos acadêmicos historiográficos e “talvez essa seja uma das explicações sobre o sucesso desses memorialistas: são eles que registram a memória local, realizam uma narrativa que se aproxima com o cidadão comum, que cresceu e socializou através dos ‘causos’, ouvidos ou narrados, sobre a sua terra”⁴³.

Ainda assim, dentro da lógica do círculo hermenêutico ricoeuriano, a escrita ufanista da cidade de Uberlândia por parte dos memorialistas, encontra respaldo no imaginário de progresso e modernidade que as cidades brasileiras emergentes a partir do final do século XIX possuíam.

Isso ocorre, segundo Sandra Dantas pois, pelas mudanças que ocorriam no Brasil no mundo do trabalho, no regime político e outras grandes mudanças no mundo ocidental capitalista em todas as esferas⁴⁴. Podemos citar o fim da escravidão como uma grande mudança estrutural no país, possibilitando a inserção da economia brasileira no hegemônico mercado capitalista. A mudança de Império para a República já é em si, grande motivo para que houvesse uma mobilização das elites dirigentes republicanas para se desvencilhar da imagem do antigo

⁴¹ DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 14.

⁴² DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 14.

⁴³ Ibidem, p. 12.

⁴⁴ DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. p. 10.

sistema político. Segundo André Azevedo⁴⁵, para consolidar a República, era preciso construir uma ideia de civilização entre os brasileiros e internacionalmente, sendo necessário demonstrar um patamar de progresso e desenvolvimento, entendido muito pelo poder executivo federal, que isso seria refletido na reforma da capital federal, o Rio de Janeiro. E Azevedo classifica como desenvolvimento material o do início da República, ou seja, técnico e econômico, isto é, da construção civil, de estradas de ferro, de ampliação de vias, das reformas urbanas em geral e obras públicas. É justamente esse tipo de desenvolvimento material que é mobilizado pelos memorialistas em Uberlândia que se encontra mais à frente, além de alinhar também o desenvolvimento moral e social na “civilização uberlandense”.

Na origem, Paolo Rossi⁴⁶ entende que essa noção de progresso cresceu alinhada ao desenvolvimento da ciência e de grandes descobertas para a humanidade a partir do século XVI. Isso implica a pensar que se houve descobertas e as concepções anteriores não são tão válidas quanto as novas, o passado é uma noção falha, limitada e em nada tem a ensinar. O futuro, portanto, lhe é superior, é aquele que vai proporcionar grandes feitos, na promessa de melhores dias com as novas invenções, novas técnicas e novos modos de vida e eis a modernidade. Isso se reflete na realidade e por consequência, na narrativa.

Portanto, a aprovação, ou melhor, o incentivo por essa narrativa progressista teleológica é encontrado no imaginário social, isto é, no leitor, aquele que está no viver e especificamente nesse caso, grupos dominantes. Sendo assim, podemos dizer com base em Ricoeur que a narrativa parte do vivido. Mas também o vivido parte da narrativa, sendo histórica vital para se aprender a viver, e essa promove grandes ideais de modernidade e progresso, descrevendo a cidade como um lugar de um presente e futuro ufanista, idílico e paradisíaco, a narrativa retroalimenta os indivíduos para viver, almejar e caminhar rumo às glórias e às conquistas, consistindo a narrativa como substância vital para o vivido descrito.

Nesse sentido, é inevitável que os memorialistas se utilizem da ideia de “História mestra da vida”, o que José D’Assunção Barros não vê em Paul Ricoeur mas que mesmo assim, é um exercício interessante de se pensar em como essa narrativa de fato tem o propósito de deixar para as gerações futuras os ensinamentos de valores e conquistas que devem seguir de exemplo,

⁴⁵ AZEVEDO, André Nunes de. AS NOÇÕES DE PROGRESSO DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 13, n. 22, p. 69–88, 2016. DOI: 10.18817/ot.v13i22.539. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/539. Acesso em: 16 maio. 2026.

⁴⁶ ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: A ideia de progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

como deixa evidente o memorialista Tito Teixeira em seu livro: “Em cada passagem descrita, alimenta-se a esperança de deixar à juventude o exemplo dignificante de um povo destemido”⁴⁷.

Esses historiadores “amadores”, muito comuns em cidades interioranas brasileiras, movidos por uma paixão na sua terra natal, escrevem uma pretensa “verdade”, com nítida presença de influências políticas e ideológicas coniventes a grupos hegemônicos da cidade. As suas profissões portadoras de diploma, os colocam como parte da *intelligentsia* da cidade e escrevem a história local partindo de uma memória individual e coletiva – e seletiva – a exaltar a elite intelectual, cultural, política e econômica que pertencem, legitimando suas posições e ações, apresentando uma temporalidade linear, num futuro pré-estabelecido de progresso e glória⁴⁸.

Apesar disso, suas obras fazem um resgate da história local que é muito utilizado pelos historiadores em suas pesquisas e por isso, consistem em rica bibliografia que deve ser tomada também como documento histórico. E como tal, é ofício do historiador analisar, comparar, criticar, questionar a sua fonte, a fim de perceber da sua produção e historicidade. Diante disso, quais seriam os objetivos dos memorialistas ao escreverem sobre Uberlândia? O que escreveram sobre a cidade? E aqui, o foco da pesquisa: como aquilo que escreveram tem capacidade de afetar a realidade vivida? Quais ideais são comunicados nas obras? Que tipo de discurso fazem os memorialistas? Quais argumentos fundamentam sua narrativa? E ainda é preciso pensar qual seria o legado que essa narrativa possui hoje ao pensar na memória construída a partir dos escritos dos memorialistas, ou seja, como são as memórias emanadas hoje em Uberlândia que sustentam tais ideais de cidade.

⁴⁷ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros no Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia, v. 1: Uberlândia Gráfica, 1970. Prólogo.

⁴⁸ FREITAS, Eliane Martins de. *Memórias de uma "Odisseia"?: Tito Lívio (Teixeira) e a construção da memória histórica sobre a "Revolução de Trinta" em Uberlândia-MG*. 1999. 168f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1587057. Acesso em: 10 dez. 2025, p. 21-24.

3 OS MEMORIALISTAS DE ROBERTO CARPRI E PEDRO PEZZUTI

Numa breve contextualização, assim como a maioria das cidades do interior, Uberlândia teve origem pelas bandeiras ocorridas pelo interior do Brasil no período colonial, ao desbravarem os sertões. O chamado Sertão da Farinha Podre seria o local de assentamentos de famílias no século XIX, primeiramente na beira dos rios e depois, se transformando em grandes fazendas advindas de sesmarias concedidas aos desbravadores. Ao longo do século, um desses povoados, São Pedro de Uberabinha, passaria rapidamente no final do século para vila e depois, cidade, já demonstrando preocupação em expandir-se, elaborando projetos políticos para elevar suas atividades econômicas.

No século XX, a cidade de Uberlândia passou por significativos avanços em sua expansão econômica, social e estrutural, o que a tornou, atualmente, uma localidade de grande relevância no setor econômico. Segunda maior cidade de Minas Gerais em população, Uberlândia localiza-se estrategicamente no Triângulo Mineiro, entre Goiânia, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, constituindo rota comercial essencial para o escoamento da forte produção agrícola do Centro-Oeste em direção ao coração econômico do Brasil. De acordo com o Censo de 2022 do IBGE⁴⁹, a população é de 713.224 habitantes, e o município ocupa a 27ª posição no ranking brasileiro de Produto Interno Bruto (PIB), com uma economia baseada, respectivamente, nos setores de serviços, indústria e agropecuária. Dessa forma, Uberlândia exerce influência sobre sua própria região e sobre áreas vizinhas ao Triângulo Mineiro e ao Alto Paraíba, destacando-se desde o século XX pela industrialização precoce em relação aos municípios circunvizinhos e projetando-se, já naquele período e de maneira ufanista, como a capital regional do progresso.

O poder público da então Uberlândia no século XX, tendo em vista atrair pessoas e investimentos para a cidade afim de consolidar seu projeto de progresso, fomentava a produção de obras, publicações, artigos na imprensa e outras formas de divulgação da cidade como um lugar próspero e ideal para se morar e investir. Tal incentivo, pode ser observado nas produções dos diversos memorialistas da cidade e nas grandes quantidades de publicações elaboradas por eles, referentes a como Uberlândia se desenvolveu ao longo de sua história.

Além de Roberto Capri e Pedro Pezzuti, se destacam Tito Teixeira, Antônio Pereira, José Lucindo Pinheiro e Jerônimo Arantes. Esse último é o que mais produziu e organizou

⁴⁹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*: Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em 11 dez. 2025.

livros, folhetos, revistas, etc. De forma parecida, todos esses memorialistas usam do discurso dominante para ressaltar o progresso e o desenvolvimento da cidade presente nas construções, nas infraestruturas, nos acontecimentos históricos, na atividade de órgãos públicos ou até mesmo privados em benefício do povo. Assim, a representação moral, política e cultural da cidade passa a estar presente nessas obras, que reverberam como uma história oficial da cidade.

Podemos pensar nas obras de Roberto Capri e Pedro Pezzuti como discursos no sentido foucaultiano⁵⁰: ferramentas que não apenas expressam uma mensagem e influenciam a realidade, mas também são capazes de gerá-la. Por meio desse discurso, a realidade produzida é legitimada, no caso específico dessas obras, molda-se a própria maneira de olhar para uma realidade passada. Michel Foucault percebe os discursos como frutos de relações de poder e assim sendo, também são hierarquizados em discursos que dominam o meio social, político, cultural, econômico e em outros discursos menores, abafados ou que pouco se reverberam na realidade perante o dominante. Aliás, o discurso em si não simboliza poder, mas como ele consegue asfixiar os outros discursos, se tornando hegemônico. Assim, as narrativas histórico-memorialísticas podem ser compreendidas nas relações de poder como uma consagração do discurso já dominante, impugnando os discursos outros, dignos de esquecimento. Por consequência, é preciso lembrar que tais narrativas elege as figuras e os feitos que devem ser lembrados na história do município e aos que proferem os outros discursos, ficam fora da história. Esse é um tipo de exclusão da própria realidade passada, que inclusive, é analisado por Foucault como um procedimento do discurso. A exclusão discursiva, nominalmente chamada pelo filósofo de “interdição”, se define na premissa de que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qual quer coisa”⁵¹. O questionamento das motivações dessas restrições se justifica nas relações de poder da sociedade.

A construção de imagem de uma cidade destinada ao progresso e aos grandes feitos de verdadeira civilização, se observada pelo lado político-social, garante de uma vez o enobrecimento de uma classe política e econômica capaz de tal objetivo para o município, representando-os como homens de investimentos prósperos que estão à frente do projeto do progresso. Nessa análise, é preciso ponderar de onde partem tais discursos representativos, como são legitimados e validados, a sua produção e a reprodução no meio social, pois a recepção é tanto quanto importante a produção e os meios para a permanência desse discurso

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

⁵¹ *Ibidem*, p. 9.

que agora, pode ser tomado no conceito de memória. Foucault reflete em como o discurso pode fabricar a verdade de forma auspiciosa em meio as massas, que podem servir de manobra:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silêncio sã da consciência de si.⁵²

Portanto, o discurso presente nessas narrativas histórico-memorialísticas é muito propício a influenciar o público, não somente pelo suporte escrito que tem, mas num discurso presente na letra transformado em ideias disseminadas por outros meios fora os livros como na imprensa ou até mesmo pela via oral. É preciso entender também que levando em conta qual foi o objetivo da elaboração das obras – divulgar a cidade para atrair investidores na promessa da cidade do progresso no sertão – dificilmente elas se destinaram a pessoas não letradas e com pouca instrução.

O que não exclui a possibilidade de classes menos favorecidas de serem influenciadas pelos ideais de progresso, visto a ideia supracitada das relações de força entre o discurso dominante ser o hegemônico e asfixiante de outros. Para além desse objetivo das obras, elas têm o importante papel de produzir um saber histórico sobre Uberlândia que por sua vez, gera identificação política, pertencimento a esse progresso, emoção de participar dessa história tão “gloriosa”. Nesse sentido, a manutenção desse poder dominante também se faz através do discurso que projeta a realidade de acordo com interesses, mas faz isso persuadindo e convencendo a plateia através de recursos retóricos, que sutilmente Michel Foucault evoca ao falar sobre discurso, mas que se tornam mais conceituais à luz de Aristóteles.

Aristóteles pensa justamente que a retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”⁵³ e para isso, apresentou em sua *Retórica*, três maneiras de convencer aquele que ouve ou lê: pela autoridade e credibilidade do orador (*ethos*), pela capacidade do apelo emocional despertado na plateia (*pathos*) e pela lógica e racionalidade do argumento fundamentado em provas (*logos*). Esses são os três pilares da retórica clássica de Aristóteles que podem ajudar a entender como as obras memorialísticas são narrativas dominantes sobre a história de Uberlândia, que como manutenção do discurso, reverberam hoje na exposição do Museu Municipal, designam juntas, certo imaginário progressista na audiência,

⁵² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996, p. 49.

⁵³ ARISTÓTELES. *Retórica*. In. *Obras Completas de Aristóteles*. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 95.

seja no passado ou no presente, da sociedade uberlandense. Por isso, não basta estudar acontecimentos históricos apenas, mas os discursos que são basicamente a

história da memória desse acontecimento”, uma vez que, segundo Frank (1992 apud ALBERTI, 2004, p. 40 – grifo do autor), “o acontecimento do passado dito ‘objetivo’ não basta para explicar o presente”, fazendo-se necessário “acrescentar-lhe o conhecimento da percepção presente do passado”, e esse “presente do passado” é a própria memória. O estudo da memória, portanto, facilita a compreensão da identidade que a memória visa estruturar. Essa visão reafirma a ideia de que a memória “é também um *fato*” e, como tal, pode ser “objetivamente estudado”⁵⁴

Um instrumento do discurso é a memória, fabricadas nesse caso por encomenda dos grupos políticos dominantes de Uberlândia à época de publicação, escritas para o registro da história e desenvolvimento da cidade. Portanto, a memória não é um elemento de neutralidade e é usada “como ‘objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas de poder cultural e político’, através de estratégias argumentativas” e por isso,

o desenvolvimento da “história formal” está intrinsecamente ligado aos “processos da memória”, pois a memória é uma “conexão viva entre o passado celebrado, o presente conturbado e um futuro” que demanda “complexas escolhas políticas em todos os níveis”, desde, o “individual e familiar” até o “comunitário, estadual e nacional” (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 80)⁵⁵

3.1 *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturais e agrícola* de Roberto Capri

A primeira vez que se registrou em livro as características da então Uberabinha para se tornarem memoráveis, foi em 1916 pelas mãos de Roberto Capri na obra intitulada *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturais e agrícola* que foi publicada em São Paulo pela Capri, Andrade & C. Editores, que acredita-se pertencer ao próprio autor, tem 78 páginas e é dividido por temas, sendo abordados os aspectos naturais e rurais primeiro, depois os urbanos e por fim, possui cartazes de propaganda dos comércios e demais serviços da cidade. O autor nascido numa comuna italiana chamada Roccadaspide, migrou para o Brasil no início do século XX e pouco tempo depois, se tornou diretor do jornal de língua italiana no Brasil, *Il Progresso Italo-Brasiliano*, em 1910 e no ano seguinte começou a ser escritor da revista mensal *O Fazendeiro*, que em certa ocasião, encaminhou à Câmara

⁵⁴ SBRANA, Roberta Aline. Análise retórica de narrativas memorialísticas. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. Especial, 2016, p. 337.

⁵⁵ Ibidem, p. 338.

Municipal de Guaratinguetá um conjunto de informações, levando o órgão a autorizar a publicação de dados e estatísticas referentes ao município. Esse episódio figura entre as primeiras evidências da atuação de Capri na área de promoção e difusão institucional de um município.

Depois disso, ele passou a escrever suas obras nesse estilo publicitário para os municípios paulistas e mineiros como Uberabinha (Uberlândia), Varginha, Belo Horizonte, Uberaba, Villa Platina (Ituiutaba), Frutal, Patos de Minas, Cataguases, Ponte Nova, São João Nepomuceno e Guarará⁵⁶. De modo geral, Capri utiliza muito de fotografias, sendo suas obras tomadas como álbuns fotográficos e o próprio é conhecido também como fotógrafo. As fotografias nas obras que teve acesso são majoritariamente das figuras importantes como vereadores e administradores municipais, proprietários de terras, investidores e comerciantes, diretores de colégios, líderes religiosos da Igreja Católica, magistrados, oficiais, etc. As fotografias dos principais marcos arquitetônicos as cidades também entravam como os paços municipais, os fóruns, estações de trem, praças, quartéis, cinemas e teatros, cooperativas, templos da Igreja Católica, mas também palácios e palacetes das grandes famílias e sedes imponentes das fazendas e das lavouras e do gado. Para além disso, fotografias das importantes famílias reunidas e dos alunos e alunas dos colégios.

Aliado ao constante uso de fotografias, seu estilo na descrição era por temas como é a geografia em sua fauna, vegetação, clima, relevo, etc. A religião católica é um tema obrigatório descrevendo quais são as atividades religiosas e seus responsáveis. Os comércios e a indústrias locais que ali havia, seus produtos e a quem pertenciam esses investimentos também é um tópico muito presente e importante nas obras de Capri. Por vezes, estatísticas foram mobilizadas sobre as cidades como a população, seus territórios, a quantidade de bairros e vias e até a renda pública era apresentada ao leitor. A economia da agricultura e da pecuária era um ponto importante num Brasil rural do século XX, e a descrição de Capri das terras das cidades em que escreveu contava como “ubérrimas” como característica primeira. O autor também lista a imprensa local e seus responsáveis. Sempre ao final das obras, existe muitas páginas contendo anúncios publicitários dos comércios e serviços da cidade, descrevendo-os, citando quem são os responsáveis, a localização, caixa postal e telefone. Fora as obras sobre as cidades, Capri

⁵⁶ CAPRI, Roberto. *Varginha 1917*. Edição Fac-Símile. São Paulo: Pocai & Cia, 1917, p. 3. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/varginha-1917-roberto-capri.pdf>. Acesso em: 11 dez. 25.

possui dois livros que vão tratar sobre os estados de São Paulo⁵⁷ e Minas Gerais de forma geral nos mesmos moldes que ele trata sobre as cidades com poucas diferenças.

É nesse contexto que surge o livro sobre a atual Uberlândia elaborado por Capri. Hoje, seus livros têm sua importância nos estudos históricos por desenhar os traços dos emergentes municípios paulistas e mineiros no começo do século XX, constituindo principais, muitas vezes, únicas fontes documentais dessas cidades e hoje sendo, material para consulta na construção da memória e da história dos municípios. Roberto Capri escrevia muitas vezes com financiamento e pela compra do livro pelas câmaras municipais e órgãos públicos⁵⁸. Dessa maneira, o caráter publicitário de Capri é muito nítido, ele escreve e organiza suas obras a fim de vender a imagem das cidades para investidores e compradores de terra que queiram empreender na cidade em questão para alavancar o seu desenvolvimento comercial, agropecuário, industrial, econômico em geral. Reforçando essa ideia, de acordo com seu cartaz de propaganda, “as melhores [obras] até hoje conhecidas como meio pratico de instrução e de propaganda dos Municípios” e nele admite ser um “publicista-editor”⁵⁹.

Para examinar o discurso de Capri é preciso saber como ele tem a pretensão persuasiva de construir credibilidade tanto de si próprio como orador, quanto em suas palavras na plateia. Portanto, inspirar as emoções dos leitores (*pathos*) é uma estratégia útil na construção de credibilidade (*ethos*), e isso é feito através do uso da lógica, da razão, de pistas, provas, dados, informações ou qualquer outra estratégia argumentativa (*logos*). Então, para gerar a autoridade sobre si em um texto que não fala sobre si, Capri constrói isso de outras formas, utilizando-se de provas de duas naturezas, as preexistentes e as devemos inventar, como bem coloca Aristóteles:

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não. Chamo provas não técnicas a todas que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; e provas técnicas, todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas.⁶⁰

⁵⁷ CAPRI, Roberto. *O Estado de S. Paulo e seus municipios*. São Paulo: Typ. Pocai & Weiss, 1913. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=fDJQAQAIAAJ&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 mai. 25.

⁵⁸ SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura de São Bernardo do Campo. *São Bernardo na obra de Roberto Capri*. Centro de Memória de São Bernardo. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/sao-bernardo-na-obra-de-roberto-capri>. Acesso em 14/02/2026.

⁵⁹ CAPRI, Roberto. *Varginha 1917*. Edição Fac-Símile. São Paulo: Pocai & Cia, 1917, p. 3. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/varginha-1917-roberto-capri.pdf>. Acesso em: 11 dez. 25.

⁶⁰ ARISTÓTELES. Retórica. In. *Obras Completas de Aristóteles*. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 96

A abertura do livro apresenta uma espécie de mural do Governo do Estado de Minas Gerais e mais ao final, possui a composição da então Câmara Municipal e do Foro de Uberabinha, que pode ser encarado como um selo de aprovação de que o livro possui um caráter oficial, demonstrando que o autor não fala sozinho e suas palavras não são mera opinião pessoal, mas uma obra colocada sob a égide do poder constituído, sugerindo que as informações ali contidas são factuais e de interesse público.

Além disso, em todo o livro, nomes de coronéis, majores, doutores e padres são citados descrevendo suas propriedades e seus grandes feitos e Capri se utiliza dessas figuras como testemunhas vivas da prosperidade. A fazenda do Cel. Sydney Machado da Silveira, com mais de 1300 alqueires que possui farta criação de gado indiano e de cavalo⁶¹ ou a Chácara *Estrella* do Cel. Severiano⁶² com seu belo prédio não são apenas propriedades, mas são provas materiais do sucesso que a cidade oferece. É uma retórica da exemplaridade: “se estes homens simples, mas de respeito prosperaram aqui, você também pode”.

Portanto, como consequência, o culto à personalidade também é útil a Capri, enaltecendo as figuras uberlandenses em seus feitos, em seus bens e em sua moralidade. O Cel. Sydnei é colocado como um “homem simples e emprehendedor”⁶³. A descrição do Cônego Pedro Pezzuti (“verdadeiro apóstolo”; “consolador de suas afflições” por exemplo), vigário de Uberabinha é feita de modo muito eloquente, o colocando como um exemplo a ser seguido em sua moral e costumes, sendo muito sociável e acolhedor dos fiéis e dos pobres.

Outra figura é o italiano Angelo Zoccoli⁶⁴ que é descrito como um homem que escolheu estar no Brasil, numa época marcada pelas políticas de imigração e branqueamento racial no Brasil no final do século XIX e início o XX. Disso é possível levantar questionamentos quanto a essa “escolha” de deixar a Itália e estar no Brasil, vista as profundas mudanças para a industrialização ocorridas na Europa antecedidas a esse período que resultou numa crise da população rural da Europa do século XIX⁶⁵. Capri o coloca como um homem que aprendeu o que sabe no trabalho e através dele sofreu, mas se fez vencedor como negociante muito respeitado, rico nas suas atividades industriais e agrícolas. Além disso, parece ser um

⁶¹ CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha* – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916, p. 18-20

⁶² Ibidem, p. 14.

⁶³ Ibidem, p. 20.

⁶⁴ Ibidem, p. 44-45.

⁶⁵ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.), *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3- República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-278.

desbravador no registro de Zoccoli ser “figura de velho bandeirante affeito a vencer as dificuldades”⁶⁶, podendo ser uma interpretação literal ou não de ser de fato um bandeirante ou simplesmente a remeter a essa figura tão cultuada nesse período pela sua força desbravadora, ímpeto, coragem e demais aspectos heroicos.

Cipriano Del Favero é a figura técnica do empreiteiro-construtor na cidade, fazendo diversas construções públicas e privadas, exaltado pelo seu trabalho e Capri pontua que “a cidade muito lhe deve; pois merecem com justiça ser lembrados como obras do sr. Del Favero: [...]”⁶⁷ e cita as obras. O que quero chamar atenção é para o fato de que os projetos de Del Favero devem ser lembrados com justiça, entretanto, é deixado de lado obras fundamentais para o desenvolvimento de Uberlândia como uma cidade referência na região, símbolo de progresso, modernidade e civilidade como é apontado no discurso. Uma delas, que pode parecer simples, mas básica e muito importante nesse objetivo é o calçamento de ruas. Quem fez essa obra, não seria digno da nossa lembrança? Luiz Carlos do Carmo⁶⁸, depois de 84 anos, só em 2000, faz essa justiça ao apontar que tal trabalho é designada “função de preto”, ou seja, um trabalho pouco valorizado e visado, tanto socialmente, quanto na historiografia. A construção da memória por parte da narrativa histórico-memorialística volta ao debate sobre a natureza da justiça da lembrança e do esquecimento, ou seja, quais são os sujeitos históricos dignos da lembrança ou do esquecimento na história de uma cidade.

Outro com parte dedicada é Francisco Gambardella, um negociante e proprietário. Ademais, Capri o descreve em características que dizem respeito ao caráter, moral e virtudes, mesmo tendo um substituto no livro dedicado a Gambardella. Todas essas figuras evocadas por Roberto Capri são escritas em tom hagiográfico, ou seja, como biografia de santos.

As hagiografias foram observadas por Michel de Certeau em *A Escrita da História*, de 1975, e são um “gênero literário católico que parte da existência de um santo para a prática da escrita, manuseando os fatos da vida do personagem com o objetivo de demonstrá-la santa”⁶⁹. De acordo com Dirceu Rodrigues, o intuito das hagiografias era justamente testemunhar a santidade da figura, descrevendo suas virtudes e modo de vida, a fim de servirem de exemplos a serem seguidos, quase como que um guia de vida para os fiéis. Ela traz uma dupla legitimação

⁶⁶ CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916, p. 45

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ CARMO, Luis Carlos do. *Função de Preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2000.

⁶⁹ RODRIGUES DA SILVA, Dirceu. As hagiografias como fontes históricas: uma leitura de Michel de Certeau. *Anais dos Simpósios da ABHR*, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/878>. Acesso em: 29 maio. 2026, p. 339.

ao afirmar a santidade do personagem, mas também do sistema em que faz parte, o código de conduta adotado, as regras morais.

Certeau vai defender a análise das hagiografias como fonte histórica útil à crítica da escrita da história por justamente tratar da ideologia presente nesses textos, quanto também na historiografia. A escrita sobre o santo sempre será feita em defesa de sua santidade e na história, em defesa de interesses do presente sobre o passado, uma construção de memória. Daí, Certeau acrescenta o caráter ambíguo da hagiografia de estar tratando de fatos que aconteceram na realidade, portanto, uma narrativa histórica, mas também, trata-se de uma narrativa fantástica, um gênero literário maravilhoso ou épico⁷⁰.

Esse não-lugar da hagiografia também é característico das narrativas histórico-memorialísticas, no caso na descrição que Roberto Capri, que mobilizam figuras reais, porém, fortemente idealizadas e romantizadas. Tomando cuidado com as validações das intenções das obras, deve haver uma preocupação em procurar os “silêncios” nesses dois tipos de fontes úteis à história, hagiografias e obras memorialísticas, por parte do historiador compromissado com os pressupostos históricos.

Portanto, isso não é apenas bajulação, é uma construção de modelos de conduta. O padre, o imigrante, o construtor são apresentados como arquétipos de virtude e trabalho, criando uma galeria de figuras locais com os quais a população pode se identificar e se inspirar como exemplo, os “santos locais”. Essa mobilização de aspectos positivos da cidade e de seus habitantes resulta num esforço de despertar paixões positivas, sendo o autor e suas ideias dignas de crédito, relacionando *ethos* e *pathos* fortemente na construção retórica do discurso persuasivo.

As provas preexistentes, não técnicas segundo Aristóteles, também são úteis para firmar autoridade como nos dados estatísticos que Capri mobiliza (população de 25.000 habitantes, 90.000 bovinos, 800 prédios, 272 lâmpadas), que são usados para criar um efeito de objetividade, afinal, números soam como neutros na plateia. Os números “falam por si” e transmitem a ideia de grandeza, ordem e progresso mensurável, blindando o discurso contra as acusações de mero exagero. Inclusive, Sandra Dantas⁷¹, ao estudar a obra, aponta que Roberto Capri utiliza esses dados de forma isolada para apontar que Uberabinha seria a cidade mais

⁷⁰ RODRIGUES DA SILVA, Dirceu. As hagiografias como fontes históricas: uma leitura de Michel de Certeau. *Anais dos Simpósios da ABHR*, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/878>. Acesso em: 29 maio. 2026, p. 343.

⁷¹ DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, p. 77-78.

próspera da região em comparação a outras como Araguari e Uberaba, sem levar em consideração os municípios vizinhos que têm dados maiores e mais relevantes:

Embora os números da produção local fossem elevados, não indicavam necessariamente condição de progresso. Se tomados isoladamente impressionariam, mas se comparados com dados de outras cidades, percebe-se que a movimentação era reduzida. Ou seja, para que a então Uberabinha se firmasse como cidade-progresso seria necessário empreender medidas sérias para crescer e se destacar. Estratégias que precisavam ser utilizadas para convencer a população da viabilidade da idéia e incitar a pô-la em prática.⁷²

Dessa maneira, a manipulação dos números e das informações também podem ser persuasivos a conduzir a ideia que Uberabinha era a cidade do progresso na região, atraindo investidores ou regozijando a população de sua fortuna e prosperidade num cenário de competição entre as cidades. Assim, Capri pôde firmar credibilidade em seus leitores através do discurso, atraindo a simpatia e a estima das pessoas mesmo sendo um estrangeiro, porque

Ao frisar que tal confiança no orador esteja prevista no discurso e não no conhecimento prévio de sua pessoa, Aristóteles teria posto a condição moral do orador em segundo plano, e isso significaria que as qualidades morais reais do orador não são necessárias, tão somente aquelas aparentes, já que comumente acredita-se em quem pareça honesto (Retórica, 1356 a; RACIONERO, Retórica de Aristóteles, nota 34, p. 176).⁷³

Depois de demonstrar sua credibilidade na plateia, o orador deve provocar reações emocionais, pois são elas, segundo Aristóteles⁷⁴, o que modificam nossos julgamentos. Os apelos emocionais que Capri faz se focam em patriotismo e identidade. No juramento transcrito por Capri da Sociedade Maria Ephigenia⁷⁵, formada pelas alunas ligadas ao Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, é um trecho de maior apelo emocional e ideológico. Nele se evidencia que a educação em Uberabinha é regada de valores e moral. Ele define um ideal de cidadania, o amor à pátria, à família, o respeito aos mais velhos, proteção aos fracos, caridade, amor à natureza e ódio à mentira, o que é um programa moral completo.

Assim, o juramento projeta um futuro de que as meninas uberabinhenses, futuras mães, fazem o juramento e Capri assegura ao leitor que o futuro da cidade está em boas mãos, pois os

⁷² DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, p. 78.

⁷³ MENEZES E SILVA, Christiani Margareth. A RETÓRICA COMO ARTE: ARISTÓTELES. *Revista Ideação*, v. 1, n. 34, p. 119-152, 2016, p. 137.

⁷⁴ ARISTÓTELES. Retórica. In. *Obras Completas de Aristóteles*. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 160.

⁷⁵ CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha* – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916, p. 31-33.

valores da elite serão reproduzidos, valorizados, salvaguardados. Uberabinha, do modo como foi colocado, possui a educação moral apreciada pelo público em que se quer cativar, ou seja, não somente é uma cidade da prosperidade, mas também da cultura moral e instrução adequada aos herdeiros.

Aspectos positivos também estão presentes na descrição do clima da cidade (“branda e suave, sem extremos de frio ou de calor”; “ares lavados, sempre diafanos e serenos”⁷⁶) que pode se apresentar como um mero dado geográfico, mas representa certo ideal progressista. Na medicina e no pensamento social da época, o clima era um determinante da raça e da civilização. Climas amenos eram associados à propensão ao trabalho e à inteligência, enquanto climas tropicais extremos eram vistos como degradantes. Ao classificar o clima de Uberabinha como “saudável” e “ameno”, Capri está, por alusão, classificando seu povo como laborioso e ordeiro, apto para o progresso nos moldes europeus, diferenciando-se de um estereótipo negativo de “tropicalismo indolente”. Além disso, o texto equilibra a exaltação do rural, caracterizada pelas grandes fazendas de gado, com a descrição do urbano com ruas retas, praças com jardins, teatro, cinema e iluminação elétrica. Esta dualidade constrói a imagem de uma cidade que não é um mero entreposto rural, mas um centro de civilidade e modernidade no meio do sertão. A ferrovia, Mogyana, e a estrada de automóveis são os símbolos máximos dessa ligação com o mundo “civilizado”, rompendo o isolamento.

Aspectos ideológicos e de construção de memória são inerentes ao discurso memorialista de Roberto Capri, em legitimação de certas experiências em detrimento de outras. O progresso é apresentado como um destino manifesto, um processo natural e consensual. Isso apaga qualquer possibilidade de dissidência ou de visões alternativas para o futuro da cidade. A linha entre o poder público e os interesses privados é propositalmente turva em Uberabinha, o que nos faz lembrar da tese de Sérgio Buarque de Hollanda⁷⁷ que estabelece sua origem no patrimonialismo colonial.

Os mesmos coronéis e majores, “chefes políticos” são também os maiores proprietários rurais e urbanos. Ao descrever a Chácara do Salto de Angelo Zoccoli ou a fazenda do Cel. Sydney Machado, por exemplo, o texto celebra a riqueza privada como benefício público, quase como conquistas coletivas que vão em benefício de toda a população e a gestão pública é legitimada também por suas políticas aliadas a esse incentivo de progresso no privado, mas fundamentalmente pelo sucesso econômico dos membros da elite que a compõem. O livro não

⁷⁶ CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916, p. 9

⁷⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

aborda, por exemplo, melhorias sociais, a situação de bairros que necessitam de melhorias de infraestrutura para o desenvolvimento tão almejado quando a historiografia recente sobre a cidade de Uberlândia aponta as verdadeiras situações e as necessidades para que de fato, ocorra o progresso. O progresso da cidade é o progresso de seus homens mais ricos.

A história da cidade é contada como uma sucessão inevitável de evolução: freguesia em 1857, vila em 1880 e cidade em 1892 e ressalta que é comarca de municípios vizinhos. A narrativa não inclui menções a conflitos, retrocessos ou disputas, para que a narrativa seja harmônica em destacar apenas características positivas de Uberabinha para que desperte somente paixões positivas na audiência e então, certos elementos devem ser apagados. Não há menções de disputas de terras ou problemas sociais ou sobre os trabalhadores nativos. A breve menção romântica de que “as mulheres dos agregados fiam e tecem. Todos cuidam com amor de sua obrigação”⁷⁸ é a única pista da existência de uma classe trabalhadora, mas ela é integrada à paisagem de forma idílica e submissa. O sujeito da história é sempre o proprietário, o político, o padre. A memória construída é a da classe dominante formada por proprietários de terra, comumente denominados coronéis, negociantes e industriais e outras figuras que fazem parte da influência política e econômica na cidade. Essa classe dominante é paralela ao que chamamos de oligarquias rurais brasileiras no século XX, do qual o poder é ligado à posse de terras e ao domínio de trabalhadores que são empregados e subjugados ao poder dos coronéis.

Há ainda, uma homenagem à “Colônia Italiana em Uberabinha”⁷⁹ que não é apenas um gesto de inclusão, mas serve para reforçar o ideal de um povo trabalhador e ordeiro, alinhado com a “civilização”. O imigrante europeu é celebrado como agente do progresso, em contraste implícito com uma população nacional, no discurso da época, era muitas vezes vista como “atrasada”. Aqui é a parte que mais se evoca as figuras de renome já citadas como o Cônego Pedro Pezzuti, Angelo Zocoli, Cipriano Del Favero e Francisco Gambardella, como num panteão de heróis uberabenses. Isso contribui para a construção de uma identidade local que se quer moderna e embranquecida.

O livro de Roberto Capri é um instrumento de construção simbólica de Uberabinha e revela como a memória histórica não é um reflexo neutro do passado, mas um artefato discursivo cuidadosamente fabricado para atender aos interesses dos grupos políticos e econômicos. Por meio de uma retórica persuasiva que combina provas documentais, apelos

⁷⁸ CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916, p. 43.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 43-46.

emocionais e a construção de um *ethos* de credibilidade pessoal, Capri transforma seu livro em um instrumento de propaganda urbana e de legitimação simbólica da elite uberabinhense.

São nítidos os “silêncios” presente na obra, em que não há presença dos ditos “outros” da história, entraves do progresso econômico e moral, que não entram quando se conta a história da formação da cidade. Assim, o livro de Capri não é apenas uma fonte documental preciosa para a história de Uberlândia, mas também um exemplo paradigmático da memória como objeto de manipulação ideológica, em que lembrar certas figuras e feitos implica, necessariamente, esquecer outros. Além disso, tal memória consolida uma identidade local alinhada às ideias de progresso que reverbera até hoje nos discursos políticos, até mesmo, sociais, numa memória sempre em reforma, uma memória reconstruída a partir de outros discursos.

3.2 *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia de Pedro Pezzuti*

Em modelo muito semelhante, foi lançado em 1922, desta vez pela Livraria Kosmos, o segundo livro sobre a cidade de Uberabinha, *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia* pelas mãos de Cônego Pedro Pezzuti, nascido em Salerno, na Itália. Segundo Dantas⁸⁰, estabeleceu-se no Brasil para atuar na Igreja Católica, passando por Santa Juliana e Nova Ponte antes de chegar à diocese de Uberaba, em 1909. Em 1911 assumiu a função de vigário em Uberabinha, onde permaneceu até 1919, quando se afastou do cargo. Segundo outro memorialista, Prof. Lucindo Pinheiro, fazia parte do grupo da “*intelligentsia* uberabinhense” que se reunia na Livraria Kosmos, espaço de debates e convivência cultural da época. Sua formação e prestígio no meio religioso, intelectual e na sociedade uberabinhense, o credenciaram como nome de autoridade, com crédito adequado para registrar a história do município. Diferente de Roberto Capri, que era um forasteiro, Pezzuti pode falar sobre Uberabinha com mais propriedade por ter se tornando um membro da comunidade, o que torna seu relato uma espécie de testemunho ocular indireto.

O Cônego Pedro Pezzuti lançou sua obra no contexto do centenário da Independência em 1922, do qual os municípios foram convidados a apresentar-se na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, evidenciando sua história, sua importância, seus desenvolvimentos, etc. Esse evento foi uma grande feira internacional que reuniu mostras

⁸⁰ DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, p. 82-83.

brasileiras e internacionais como “vitrines do progresso” em os países apresentavam seu desenvolvimento industrial, econômico e social com exposições de tecnologias e modernidades de cada lugar. Essas exposições internacionais foram bem comuns no século XIX e XX, que tinham objetivo de apresentar invenções tecnológicas da Revolução Industrial e de novas descobertas, mas também, por ser de caráter internacional e promovido pelos governos dos países, evidenciar as características de progresso e modernidade de cada nação que participava. Para compor as exposições dos municípios, a então Câmara Municipal de Uberabinha, decidiu produzir uma obra ilustrada reunindo a história da cidade, suas riquezas e os melhoramentos realizados até aquele ano e essa seria a “narração imparcial de todos os factos e episodios aqui desenrolados e que digam respeito à vida do Municipio”⁸¹. Contar essa narrativa histórica nessa exposição significava dizer que Uberabinha estaria no mapa dos desenvolvimentos de progresso e modernidade. É apresentando sua gente, os investimentos públicos e privados, indústria e comércio, agricultura e pecuária, a urbanização da cidade, os logradouros, a educação, a infraestrutura, as reformas, os prédios e palácios e a própria história da cidade como em constante evolução rumo à glória do futuro.

O livro em questão, possui 86 páginas, divididas entre os períodos históricos da cidade. Antes, porém, vem a explicação do nome da cidade e depois; *Os primeiros entrantes (1818-1846)*, *A capella (1846-1858)*, *A freguezia (1857-1888)*, *A villa (1888-1892)* e *A cidade (1892-1922)*. Nessa última parte, existem subtítulos pois se trata de uma parte maior e mais detalhada sobre as aspectos do município como os *Administradores municipaes*, *Dados estatísticos*, *Finanças municipaes*, *Instrucção*, *Imprensa*, *Geographia do Municipio*, um soneto chamado *Rio Uberabinha*, *Canção Uberabinha*, *Commercio, indústria, lavoura e pecuaria*, *Autoviação de Uberabinha*, *Serviços de Electricidade*, *Empresa Telephonica “Teixeirinhas”*, *Os novos serviços de agua e exgosto* e *Indicador administrativo e commercial*. Ao final do livro, existem cartazes de comércios e serviços como aparece no livro de Roberto Capri.

Essa linearidade já é um artifício retórico, em que a história da cidade é contada como uma jornada linear, numa narrativa teleológica e progressiva. Começa com o sertão ermo e misterioso, passa pela fundação da modesta capela e culmina na cidade moderna, dotada de infraestrutura, limpa e ordeira de 1922. Tudo no passado é um degrau para o presente glorioso, e o presente é uma promessa de um futuro ainda mais radiante. O progresso é um destino manifesto escrito pelos memorialistas que utilizam de base essa progressão do desenvolvimento

⁸¹ PEZZUTI, Pedro. *Municipio de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 3.

da cidade, um ideal de cidade, que mais tarde passará a ser apelidada de “cidade-menina” e “cidade-jardim”, constituindo uma memória local que se vê hoje em dispositivos de memória como é o Museu Municipal e outros lugares de memória, como veremos mais adiante no próximo capítulo.

Para mobilizar ainda mais as paixões dos leitores (*pathos*), a narrativa mitológica é muito útil para o público se conectar à história. Figuras como João Pereira da Rocha e José Alves de Rezende⁸², são descritas de maneira muito mítica por serem os desbravadores que enfrentaram o sertão não apenas por ambição, mas também com bondade, caridade e espírito empreendedor a partir de 1817. Ao deixar a família em Paraopeba para lhes dar uma vida melhor, os posseiros são tratados como os patriarcas de Uberabinha, tendo descendência forte, família conhecida no momento da escrita de Pezzuti. A anedota do monjolo “malhando em secco”⁸³, que faz barulho no funcionamento, é uma metáfora perfeita da astúcia do pioneiro para defender sua posse de outros que vão escutar a batida da madeira provocada pela força da água e deduzir que existe ocupante, são a raiz da qual brota a árvore da cidade, se consideramos a “primeira construção”. A narrativa da conquista não se resume a esses dois personagens, mas também trata das importantes famílias uberlandenses hoje, que foram os pioneiros a chegar nas terras conhecidas como férteis na região como os Carrijos, os Dias, os Martins Ribeiro, os Alves de Amorim, os Camargos, os Cotta Pacheco, os Carvalhos e outros em meados no século XIX⁸⁴. Pezzuti reconhece nesse momento que a condição desse entrantes era precária, as concessões (vias) eram poucas, com edificações em parte em muitas, as moradas construídas sem ordenamento e sem estética, o comércio local era muito fraco⁸⁵. Mas que pelo seu esforço dos primitivos uberabinhense, Pezzuti anunciava a sua prosperidade:

População em geral pobre, mas muito laboriosa e ambiciosa de melhorar, bastante coesa pelos tempos, que se vinha progressivamente alastrando pela zona, esboçando o nucleo de uma nova aggremação social e civil, que o tempo amalgamou e tornou próspera e forte⁸⁶

Sendo na pretensão de persuadir e tomar a obra inteira como verdade, os discursos devem provocar as paixões dos leitores. Assim, o propósito é colocar como foi complicado e laborioso a instalação desses primeiros moradores e seus negócios. Ao narrar as dificuldades

⁸² PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 9-11.

⁸³ Ibidem, p. 11.

⁸⁴ Ibidem, p. 12.

⁸⁵ Ibidem, p. 16.

⁸⁶ Ibidem, p. 12.

dos pioneiros e logo em seguida, a sua superação e a grandiosidade do progresso, Pezutti gera um forte sentimento de pertencimento e orgulho no leitor uberabinhense, além de evocar a ideia da história teleológica e evolutiva, a história desde ao cabloco sertanejo, selvagem ao homem moderno uberabinhense, civilizado. A conclusão, lembrando que o povo escolheu manter o nome “Uberabinha”⁸⁷ da já cidade em 1915, leva a crer que é um apelo direto a esse sentimento. A descrição dos primórdios, da capelinha modesta e dos primeiros habitantes, evoca um sentimento de nostalgia pelas origens simples, contrastando com o presente moderno e gerando uma sensação de que a jornada valeu a pena.

A parte da que narra o período da Freguesia de São Pedro de Uberabinha (1857-1888), descreve as disputas políticas entre conservadores e liberais em torno da mobilização de recrutas para a Guerra do Paraguai, mas fundamentalmente, marca o favorecimento da narrativa para os colegas de Cônego Pedro Pezzuti, nosso autor. Os desdobramentos do recrutamento pouco têm a nos oferecer para a análise da retórica, visto que é pouco mobilizada na historiografia e na memória uberlandense, e não se encaixa em discurso do progresso que vem sendo abordado. Diferente disso, Pezzuti narra com vigor o histórico das sucessões de párocos da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião de Uberabinha. São eles, os líderes religiosos, os personagens principais dessa parte da narrativa, tendo papéis não somente religiosos, mas políticos e sociais na freguesia. A figura dessa parte é o Padre João da Cruz Dantas Barbosa, que tem até nome de rua, Rua Vigário Dantas, no bairro Fundinho, com vinte e cinco anos de paroquiado ajudou principalmente a rearranjar o cemitério da cidade que estava lotado e nos esforços de promoção da freguesia à vila junto ao Governo da Província. Outra figura traga à história foi o Padre Pio Dantas Barbosa que fora político, precisamente, vereador liberal, descrito com menos feitos que Padre João, porém, mais elogiado por sua atuação política, benfeitor da bondade, ideais e engrandecimento local⁸⁸.

Assim como na parte anterior, *A capella (1846-1858)*, aqui o protagonista da história parece ser a igreja, é nela e em torno dela que se passam os acontecimentos, os fatos, a linearidade da narrativa e a sua perspectiva. Isso não é por acaso, pois o autor é um de seus líderes e como tal, há de inserir esse protagonismo na instituição em que faz parte, colocando ainda o seu *ethos* como figura religiosa e o *pathos* que essa instituição bem possui em seus fiéis.

Na parte *A villa (1888-1892)* não é muito relevante para uma análise retórica do ponto de vista desse trabalho. Essa parte é relatado que pessoas que não eram da vila e ali ficaram,

⁸⁷ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 29.

⁸⁸ Ibidem, p. 20-22.

trouxeram consigo “pontos de vista personalíssimos, idéias preconcebidas, ambições e cobiças de mando”⁸⁹ e que, se infiltravam na governança para agir ou manipular a favor de seus interesses. Daí mudaram a comarca de Uberaba para Araguari, gerando um descontentamento por parte de alguns o que culminou na petição e elevação de vila para cidade.

A partir da parte *A cidade (1892-1922)*, a narrativa e a estrutura ficam mais semelhantes ao trabalho de Roberto Capri, que narra num ponto de vista histórico do presente em que viveu e viu, diferente do Pedro Pezzuti que faz uma historicização de Uberabinha desde os entrantes no início do século XIX até 1922, de acordo com seus status e elevações. Pezzuti coloca nessa parte a modernidade e a exuberância que Uberabinha tem em suas construções, vias, praças, infraestrutura, geografia, comércio e indústria e nas suas gentes. Mas que em contrapartida, os dois prédios religiosos da cidade estão aquém de todo esse desenvolvimento, mesmo que a religiosidade das pessoas esteja em nível muito satisfatório⁹⁰. Como dito, o narrador é um líder religioso e chamará atenção para a instituição em que faz parte, colocando-a em lugar de destaque e nesse caso, colocando-a como merecedora de estar em nível melhor do que se encontrara naquele momento. Fora isso, toda a descrição que Pezzuti faz a Uberabinha é positiva, destacando o quanto o seu desenvolvimento é expoente na região, os progressos para o melhoramento de determinada área ou setor da cidade e como tais beneficiamentos irão ajudar a tornar Uberabinha uma cidade alinhada com as cidades mais modernas.

Pezzuti atribui todo esse desenvolvimento da cidade, à instalação da Ponte Affonso Pena que liga os estados de Goiás e Minas Gerais pelo Rio Paranaíba inaugurada em 1909, mas também a chegada da ferrovia em 1896. Entretanto ele ressalta que o movimento de mercadoria e pessoas na cidade só fluiu com a instalação da ponte. Antes dessas infraestruturas instaladas com os recursos da União, o lugar era um “burgo morno e desaletado [...], sem animação, sem ideias, sem melhoramentos apreciáveis”⁹¹. Depois de muito elogiar a cidade, o autor destaca essa precariedade de antes:

Esboçada assim, em largos, mas rigorosamente fieis traços, a silhueta material e social de Uberabinha actual, tão distanciada hoje d’aquela feito entristecedor de burgo anachronico, que fôra até bem poucos annos atraz, não será destituído de interesse acenarmos ligeiramente ás causas efficientes desses bellos resultados que nós hoje, *de visu*, constatamos. Poderá aparecer á primeira vista que o surto citadino de Uberabinha deva ser attribuído quasi que exclusivamente á chegada da ferrovia a estas plagas.⁹²

⁸⁹ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha* – Historia, Administração, Finanças, Economia. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922. p. 24.

⁹⁰ Ibidem, p. 28.

⁹¹ Ibidem, p. 29.

⁹² Ibidem.

Ainda é possível notar que Pezzuti faz uma observação muito útil a essa análise sobre como a cidade tinha um “feitio entristecedor de burgo anachronico”, ou seja, resalta como o lugar era de péssimo aspecto e atrasado, e que agora se transformou nessa cidade moderna e desenvolvida que marcha rumo a um futuro próspero. A estratégia adotada por Pezzuti está em desmerecer o passado, colocar a situação passada de Uberabinha como precária para o maior vislumbre da Uberabinha de 1922. Essa ideia de progresso linear, já supracitada, volta a aparecer como reforço do contraste em que viveu a mesma comunidade e passa a reelaborar o discurso de desenvolvimento contínuo da cidade como terra da prosperidade. De acordo com as palavras de Pezzuti, a situação primitiva em que se encontrava Uberabinha chega a ser anacrônica, ou seja, fora de seu tempo, inadequado para a época, quase inacreditável imaginar que Uberabinha outrora fosse dessa maneira, diante de tamanho desenvolvimento.

Para além dos desbravadores, os gestores também são colocados assim como Capri coloca, em destaque numa estratégia de legitimação. Dessa maneira, o crédito pelo desenvolvimento sempre ficou a cargo dos administradores da cidade que são detalhados por Pezzuti – mais do que Roberto Capri –, e em destaque aparecem o major Alexandre Marquez e pelo “Pharmaceutico” João Severiano Rodrigues da Cunha na parte *A cidade (1892-1922)*. Esse último é o político mais elogiado na parte subjacente *Administradores municipais* assinada por José Avelino que fez sua contribuição do livro de Pedro Pezzuti. O agente executivo municipal Rodrigues da Cunha é o “administrador *sans peur et sans reproche*” (sem medo e sem mácula), o “homem do momento”. A ele é creditada a transformação final da cidade, com a conclusão das obras de água, esgoto, fórum e paço municipal⁹³. A estratégia é apresentá-lo não como um político, mas como um gestor técnico, visionário e acima de interesses pessoais, legitimando assim suas ações e endividamentos.

Aliando sua descrição muito favorável a Rodrigues da Cunha, reforça argumentos que legitimam o poder público, afinal de contas, é dele que parte da organização da obra, hoje tomada como memorialística. Mas ambos os agentes executivos, muito glorificados e de igual modo descritos como patrióticos e de muito esforço pela cidade, destacou seus feitos, empreendimentos e contribuições para o progresso de Uberabinha. É também muito elogiado o então presidente da República, Rodrigues da Cunha. A boa administração seria a responsável

⁹³ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 34.

pelos sucessos e os segredos dela estariam em dois princípios: “ordem e espírito de conjunto nas providencias administrativas”.⁹⁴

E novamente, os dados e as provas documentais constituem o *logos* e legitimam o *ethos* do orador e estão muito presentes no livro de Pezzuti, mais que em Capri. O próprio autor declara que “mais e melhor que longas dissertações fallam os algarismos. Não ha logica e nem argumentos que enfrente á sua evidencia”⁹⁵. Inclusive, é perceptível na leitura de Pezzuti que ele é mais atencioso em suas fontes e nos documentos que utiliza, ele consegue explicitar melhor que Capri, mas não de forma clara como um historiador hoje, de onde são suas fontes, o que elas dizem. Roberto Capri não possui quase que nenhum cuidado em evidenciar de onde retira as suas informações.

Dado essa observação, Pezzuti mostra dados sobre população, receita e produção agrícola que podem ser encarados como provas irrefutáveis do sucesso do modelo de gestão e da pujança natural da terra:

Este notavel desenvolvimento, precursor de um brilhante futuro para este municipio, é o resultado claro e positivo da expansão da nossa actividade, que se manifesta claramente no augmento das nossas transacções commerciaes, nos melhoramentos ruraes e urbanos, no crescimento da população, no augmento de predios edificados, na creação de industrias novas, collimando no progresso notorio da cidade, que vibra de movimento e actividade,

Todas as perspectivas são para que esta invejavel situação de melhoria se confirme francamente, de anno para anno, porque as bases, sobre as quaes se apoia a nossa, evolução estão firmemente assentadas nestes tres factores máximos: agricultura, industria e commercio, cujo desenvolvimento, em Uberabinha, nestes ultimos annos, tem sido notavelmente grande.

Apoiada solidamente nestes factores e servida continuamente por uma administração honesta, abrem-se para esta terra horizontes cada vez mais radiantes.⁹⁶

A imagem da cidade é a de um lugar fadado ao sucesso, onde o esforço humano encontra um solo fértil. Documentos paroquiais e oficiais também são usados e mais evidenciados no texto de Pezzuti, logicamente, com mais acesso por ser um vigário, mas majoritariamente, não demonstra preocupação em explicitar qual é a espécie de documento, apenas dizendo que se trata de “antigos documentos”. Através de uma retórica que combina prova documental, apelo emocional e exaltação de figuras heroicas, Cônego Pedro Pezzuti registra e cria uma história, que estabelece uma memória oficial a qual elege o progresso como valor supremo, legitima as elites dirigentes como suas condutoras e forja uma identidade coletiva orgulhosa, trabalhadora

⁹⁴ PEZZUTI, Pedro. *Municipio de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 31.

⁹⁵ Ibidem, p. 36.

⁹⁶ Ibidem, p. 37.

e voltada para o futuro, uma identidade que, em seus traços fundamentais, perdura até hoje. Estratégias argumentativas são semelhantes e comuns a Roberto Capri e Pedro Pezzuti, que foram mais explicitadas com o primeiro autor, mas que se aplicam ao segundo.

Destaca-se na parte *Commercio, indústria, lavoura e pecuária*⁹⁷, em que se é tratado sobre esses temas na cidade, Pezzuti enaltece Uberabinha em sua localização geográfica estratégica entre rotas comerciais de estradas de ferro e cidade onde o comércio é movimentado. Entretanto, o autor não deixa de lado a crise econômica que passa o país no ano de 1922 que abalara os negócios de todo o Brasil, mas vê como positividade o futuro da atividade econômica na cidade, devido à sua posição privilegiada, que isso não passa de um momento passageiro. Nesse momento, Pezzuti expõe, mesmo que com elogios à atividade comercial da cidade, uma real situação em que se encontrava os negócios, entretanto, no país todo⁹⁸.

Em sua essência, a obra de Pezzuti é um ato de construção de memória com um claro propósito ideológico. O valor máximo da narrativa é o progresso material e urbano. A “boa” história é a história do crescimento, da modernização, da superação do “atraso” sertanejo. Esta ideologia, típica da República Velha, define a identidade da cidade como intrinsecamente ligada ao desenvolvimento e à modernidade. Ser de Uberabinha é ser parte desse movimento ascendente.

A narrativa, assim como em Capri, é notavelmente harmoniosa e os conflitos, como as disputas partidárias durante a Guerra do Paraguai⁹⁹, são brevemente mencionados, mas logo suplantados pela narrativa do progresso unificador. As disputas de terra e os litígios de divisa¹⁰⁰ são apresentados como questões técnicas, não como conflitos sociais profundos. A memória construída é a de uma comunidade coesa, unida em torno de objetivos comuns, que poderia ser na perspectiva de Pezzuti, a religiosidade, o desenvolvimento comercial, industrial e agropecuário e também, evidenciar com benfeitorias, sejam estéticas ou estruturais, quão moderna era Uberabinha.

Essas narrativas revelam uma cidade imbuída de uma missão. A todo momento, são identificados artifícios que constroem uma imagem de uma Uberabinha messiânica, para cumprir com uma tarefa civilizatória através de ideais que devem ser reafirmados nos palácios de poder e nas narrativas escritas. Ou seja, o futuro moderno e de progresso é manifestado na história oficial da cidade contada através dessas obras de narrativa histórico-memorialística e

⁹⁷ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 51.

⁹⁸ FRITSCH, Winston. 1922: A Crise econômica. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 3-8, 1993.

⁹⁹ PEZZUTI, Pedro. op. cit., p. 18-19.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 46.

também, na perpetuação dessa mesma memória nas exposições históricas sobre a cidade no museu histórico, tema abordado melhor no próximo capítulo.

Uma autoimagem positiva que demonstre que Uberabinha é uma terra próspera, de fartura, que é o antro de civilização em meio ao sertão, possui ideais modernos e patrióticos os quais são inevitavelmente associados a uma mesma mentalidade nas grandes cidades no Brasil naquele momento do século XX, principalmente da então capital federal, o Rio de Janeiro¹⁰¹, por sua vez, advindos da Europa. A imagem construída de uma cidade civilizada e moderna tem o pretexto de angariar prestígio para quem recebe a mensagem e creditar o desenvolvimento da região para a cidade de Uberabinha, consagrando-a em sua missão. Esta análise revela como textos memorialistas podem ser atores na formação discursiva de cidades, moldando percepções e memórias coletivas através de estratégias retóricas.

¹⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

4 NARRATIVA MUSEOLÓGICA DO MUSEU MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA E PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As primeiras obras memorialísticas de Uberlândia, elaboradas na primeira metade do século XX, antes mesmo da cidade ter esse nome, foram feitas para registrar a história da cidade e seu desenvolvimento, mas que culmina na construção de certa memória hegemônica em torno da criação e fundação da cidade. O discurso de um ideal progressista para a cidade é a característica mais marcante nessa memória, construída desde os memorialistas e que hoje, repousa fortemente na instituição que serve para emanar a história e a memória da cidade, o Museu Municipal de Uberlândia, concentrado na exposição *Nossas Raízes*. Nela, é possível identificar reflexos nítidos das obras memorialistas analisadas de Roberto Capri e Pedro Pezzuti, de um projeto de memória coletiva de uma elite local engajada em ser a proclamadora da história oficial.

Assim, a proposta desse capítulo é evidenciar o quanto da construção dessa memória iniciada com os primeiros memorialistas, Capri e Pezzuti, ainda está presente como história oficial do município no Museu Municipal de Uberlândia, exaltando a dignidade de lembrar de uns e relegando o esquecimento de outros, sobretudo os grupos subalternizados. Ainda nesse capítulo, observaremos como as exposições podem servir de palco à memória construída e não ao conhecimento histórico, dialogando com a exposição *Nossas Raízes*. Por fim, a proposta de um projeto de educação patrimonial foi necessária para tentar romper com a visão dos memorialistas e do Museu.

Pensando nesse sentido, Renato Pereira¹⁰² elabora um texto em que identifica a eficiente narratividade memorial que o poder público encontra no Museu Municipal de Uberlândia e na elaboração dessa exposição, fundamentando um poder sobre a história de Uberlândia e na influência que isso gera, cristaliza uma ideologia dominante. Assim, Pereira afirma que

não é possível um entendimento de que o museu assuma uma postura neutra com relação aos objetivos propostos pela instituição. Por outro lado, ao trazer à tona os quatro momentos distintos da exposição “Nossas Raízes”, fica evidente que está implícita uma linha histórica em que se fundamenta e legitima um ideário de progresso acerca do desenvolvimento histórico da cidade de Uberlândia.¹⁰³

¹⁰² PEREIRA, Renato José. *Museu Municipal de Uberlândia: memórias e representações presentes na exposição Nossas Raízes (2000-2009)*. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

¹⁰³ Ibidem, p. 11.

É na Praça Clarimundo Carneiro, no bairro Fundinho, parte central e mais antiga da cidade de Uberlândia, rodeada de arquitetura e urbanização de época, onde fica o Palácio dos Leões, edifício do Museu Municipal de Uberlândia. Nele existe a exposição de longa duração *Nossas Raízes*, que conta a história do início da cidade, desde a distribuição das sesmarias, tornando-se fazenda e a formação do Arraial de São Pedro de Uberabinha, antigo nome da cidade, ou seja, final do século XIX até o ano de 1920¹⁰⁴. Essa exposição ocupa quatro salas: *O fazedor e o fazendeiro nas fazendas*, *Lembranças aquecidas do cozer*, *Uberabinha: Uberlândia em formação* e *Casa do Comércio*. Cada ambiente retrata ao seu modo, as fases da história da cidade, perspectivas vigentes, atividades comuns ilustradas por artefatos e formação material do município.

No ambiente *O fazedor e o fazendeiro nas fazendas*, nos é contado sobre o “descobrimento” das terras que hoje compõe o município no ponto de partida em que eram fazendas. Mas não há menções na exposição ou na explicação de colaboradores do Museu sobre a origem dessas fazendas, que foram dadas em distribuições de sesmarias e nem das bandeiras. Aliás, existia uma exposição somente sobre as bandeiras na região na exposição *Nossas Raízes*¹⁰⁵, mas hoje não existe mais. O que predomina na sala são objetos que compõe o cotidiano na fazenda, utensílios rurais para a lida do gado ou da lavoura, máquinas de moagem, botijas, ferramentas, etc. É notável que esse ambiente reflete o valor do trabalho na localidade desde a formação, conectando também com esse discurso muito presente nos memorialistas ao descreverem os habitantes como muito laboriosos.

¹⁰⁴ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Saiba mais sobre o Museu Municipal*. Secretaria de Cultura. 2025. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/saiba-mais-sobre-o-museu-municipal/>. Acesso em 17/10/2024.

¹⁰⁵ Ver sobre em PEREIRA, Renato José. *Museu Municipal de Uberlândia: memórias e representações presentes na exposição Nossas Raízes (2000-2009)*. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 24-30.

Figura 1 - Exposição de objetos no ambiente *O fazedor e o fazendeiro nas fazendas* do Museu Municipal de Uberlândia.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/saiba-mais-sobre-o-museu-municipal/>. Acesso em 09 jun. 2026.

No ambiente *Lembranças aquecidas do cozer*, existe uma representação de uma cozinha típica mineira muito rústica, simples e rural, composta de fogão à lenha, panelas de ferro, objetos feitos de madeira, de capim e palha, botijas de barro, cabaças, tambores e pilão. Essa cozinha é ambientada numa residência feita de adobe (de barro ou o chamado “pau a pique”) com telhado de capim e chão batido. Nesse cenário, podemos chamar atenção a uma questão de gênero, em contraponto ao anterior que exibia um trabalho culturalmente masculino, nesse, temos um ambiente que retrata tarefas destinadas às mulheres, entretanto, nenhum elemento ou colaborador ressalta a importância das mulheres na formação de Uberlândia na visita ao Museu.

Figura 2 – Cenário da cozinha no ambiente *Lembranças aquecidas do cozer* do Museu Municipal de Uberlândia.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/saiba-mais-sobre-o-museu-municipal/>. Acesso em 09 jun. 2026.

Na sala *Uberabinha: Uberlândia em formação* existe uma grande maquete ao centro, e ela encena o momento em que a cidade era na verdade, São Pedro de Uberabinha em 1908, uma representação do início do arraial que gira em torno de uma pequena igreja. Em torno da maquete, nas paredes, há ilustrações atuais retratando a época com legendas explicativas dos lugares e das atividades. O uso visual de uma maquete mostrando como o arraial era precário e pequeno, ilustrando árvores e córregos que hoje não mais são vistos na cidade, faz um diálogo com aquilo que os memorialistas, e principalmente Pedro Pezzuti chamava de “burgo morno e desaletado [...], sem animação, sem ideais, sem melhoramentos apreciáveis”, “burgo anachronico”¹⁰⁶. Ou seja, diante da cidade moderna que se transformou Uberlândia visível das grandes janelas do Museu e a representação do que fora um dia essa cidade, reforça o viés de que Uberlândia é de fato um lugar de prosperidade, progresso e ordem, onde o desenvolvimento é constante e o crescimento da cidade é contínuo e acelerado.

¹⁰⁶ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – História, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 29.

Figura 3 – Maquete representativa de São Pedro de Uberabinha em 1908, na sala *Uberabinha: Uberlândia em formação* do Museu Municipal de Uberlândia.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/saiba-mais-sobre-o-museu-municipal/>. Acesso em 09 jun. 2026.

Na última sala da exposição de longa duração do Museu, *Casa do Comércio* retrata uma casa de comércio dos anos 1940, apesar de ter utensílios de épocas bem anteriores. São muitos objetos que variam de utensílios domésticos como jarras, panelas, latas de alimentos da época, relógios, colheres, tachos, máquinas de costura, bules, desnatadeira, etc. Mas também outros como malas, balaies, balanças e pesos, sinos, lampiões, arreios, laços de couro, fole, ferramentas, etc. Existem inclusive, objetos que são permitidos fazer a interação e essa sala é a mais atrativa para os visitantes os quais tentam descobrir o que são os objetos e para que servem. Chama a atenção sobre o valor que o Museu dá para a quantidade de objetos e como esse cenário retrata uma atividade econômica muito importante para a cidade, também é muito ressaltada pelos memorialistas, advinda da privilegiada posição do lugar entre as ferrovias do sertão para as grandes cidades do país no litoral.

Figura 4 – Objetos expostos conforme um comércio dos anos 1940 na sala *Casa do Comércio* do Museu Municipal de Uberlândia.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/saiba-mais-sobre-o-museu-municipal/>. Acesso em 09 jun. 2026.

Portanto, a partir da forma como essas exposições são organizadas e representadas, busca-se transmitir aos visitantes um determinado discurso de memória, com a intenção de narrar a história da cidade. Assim, um museu é um terreno muito apropriado para a consolidação de uma memória que pode ser moldada através de objetos e de informações que pertencem a certos grupos hegemônicos. A elite política e econômica da cidade tem intenção de louvar outros grupos anteriores a eles, mas que de certo modo são ancestrais ou se sentem pertencidos como os conquistadores, os donos das fazendas, os comerciantes e empreendedores que foram os iniciantes de tais atividades e impulsionaram a cidade a ser o que é hoje.

A legitimação do ideário desenvolvimentista se faz na construção de uma memória coletiva, no enaltecimento de setores dominantes e no esquecimento de outros, à margem da história, nem citados nos livros dos memorialistas e nem lembrados na exposição do museu. Eles existem como é evidenciado em diversos trabalhos historiográficos e artísticos, como é o caso da população negra e da tradição da Congada em Uberlândia, bairros como o Patrimônio foram habitados por populações mais pobres, as atividades econômicas em torno do Matadouro Municipal (final do século XIX até o final do século XX) e dos seus trabalhadores braçais e

pobres são apenas alguns exemplo que poderiam compor exposições no Museu, mas não fazem parte dos esquecidos.

Partindo agora para uma contextualização do lugar de memória em questão, antes, o lugar que hoje é a praça era um cemitério que foi desativado em 1898 para construção de um jardim e o prédio da administração municipal, que recebeu o nome de Praça da República. Cipriano Del Fávero projetou a praça que foi inaugurada em 1917 junto ao edifício. O coreto da praça só foi inaugurado em 1925 através de doações. Em 1929, passou a ser Praça Antônio Carlos em homenagem ao interventor do Estado no período varguista. Depois, em 1961, passou a se chamar pelo atual nome em homenagem a Clarimundo Carneiro, empresário de importância na cidade no início do século XX. O Palácio dos Leões se tornou pequeno para os poderes Legislativo e Executivo e em 1993, se transferiu para o novo Centro Administrativo, dando lugar ao Museu Municipal. O prédio possui características bem ecléticas, típicas no Brasil no século XIX¹⁰⁷.

O Conjunto da Praça Clarimundo Carneiro, Edifício da Câmara Municipal e Coreto foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal em 1985 pela sua importância histórica na cidade. Um lugar primeiramente político e de formação da comunidade uberlandense e depois, um lugar mais cultural, dominado pela arquitetura de um tempo passado, contando a história local através do Museu. Isso é o que de fato proponho ser o foco da visita à Praça Clarimundo Carneiro: a ida ao Museu e a sua narrativa histórica.

Tendo muito em vista efeitos da comunicação em massa e da indústria cultural, sem deixar de lado questões da complexa sociedade hierarquizada, dividida em classes, raças e outros segmentos e a manobra de forças políticas nessas massas, vemos a constante “estetização do social e na transformação da História em espetáculo”, o que “marginaliza a questão da *produção do conhecimento*”¹⁰⁸ nos ambientes ditos históricos, nos lugares de memória e aqui, especificamente, nos museus e patrimônios edificados. Nesse sentido, Ulpiano Bezerra de Meneses¹⁰⁹ questiona qual é o papel dos museus que não parecem se preocupar com a dimensão pedagógica e crítica que esses lugares têm a potencializar.

¹⁰⁷ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Conjunto Praça Clarimundo Carneiro, Edifício da Câmara Municipal e Coreto*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-clarimundo-carneiro-camara-municipal-coreto/>. Acesso em 17/10/2024. UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Museu Municipal*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/museu-municipal/>. Acesso em 17/10/2024.

¹⁰⁸ MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994, p. 10.

¹⁰⁹ Ibidem.

Uma provocação em destaque é a falta de uma problemática na disposição dos objetos da exposição que devem estabelecer “uma dialética, sem exclusão, em que a problemática define um horizonte de documentação potencial desejável e que, por sua vez, categorias documentais permitem delinear territórios de problemas a serem formulados e explorados”¹¹⁰. Seria importante questionar em quais são os critérios de coleta e exposição dos objetos do Museu Municipal de Uberlândia, pois é possível ver o uso de trabalho na época em que se remetem; são objetos que foram vendidos nas casas de comércio, que se refere a principal atividade econômica do município na época e também, no cenário construído de cozinha, pode levar o visitante a pensar sobre o cotidiano dos primeiros assentamentos na cidade. Menezes ainda faz uma crítica a tais exposições simplistas do cotidiano:

O cotidiano, por sua vez, é apenas uma enciclopédia de "ações típicas", atemporais, a-historicizadas, liberadas de qualquer estrutura ou sistema. Parece até que o cotidiano deixou de ser o locus de instituição e produção efetiva das relações sociais. Não há conflito, tensão, apenas "vida", que se concebe, é claro, de maneira puramente cinética: "it lives!". Ao inverso, uma exposição sobre o cotidiano seria histórica quando, além de "mostrar como se vivia", fosse capaz de explicar porque se vivia assim¹¹¹.

O cenário da cozinha na sala *Lembranças aquecidas do cozer*, feita de pau a pique e os objetos colocados aparentemente por critérios de estética, idade ou má conservação por justamente parecerem mais velhos e por isso, terem “mais valor”, sem que sejam compostos em um sentido histórico, não apresenta problemas ou não parte de análise do objeto para a sociedade, evitando assim, uma reificação dos objetos. A título de ilustração, na sala *Casa do Comércio*, existe uma máquina de costura antiga em exibição que funcionava apenas com pedal. Através dela seria possível pensar na relação de comércio, trabalho e afetividade que podem remeter aquele objeto daquela época para hoje. Não são mais as mães que fazem as roupas para os filhos, perdendo a roupa uma característica afetiva, de lembrança da mãe ou de quem fez de forma especial. Hoje, as máquinas são automatizadas e modernas o que invariavelmente, ocasiona em mais desemprego. Pode-se citar a constante produção de peças de roupa em menos tempo de acordo com a demanda consumista, a efemeridade da indústria da moda, a perda da relação afetiva que os sujeitos possuem com o trabalho e outras muitas questões relevantes.

Isso coloca os objetos como fontes históricas e dotadas de sentido histórico, pois os objetos em si não falam e como as fontes, é necessário a mediação do historiador que dispõe

¹¹⁰ MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994, p. 17.

¹¹¹ Ibidem, p. 35.

lógica e sentido a eles e cabe uma provocação: como seria o museu sem a história? Somente com os objetos, seriam eles galpões de depósito? Ademais, ao fazer isso, se contorna uma fetichização das peças em “reliquias místicas”, que sinceramente, não importam em si mesmo sem o significado, aquilo que representam. Sem isso, são coisas.

Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação)¹¹².

A tese se comprova ao ver na sala *Casa do Comércio*, os mesmos itens repetidos como panelas de ferro, jarros de barro, jarras de metal, latas antigas, ferros de passar roupa à brasa, moedores de café, pesos de antigas balanças e outros, dispostos em prateleiras imitando um comércio de época. Porque a apresentação de vários objetos iguais, sem uma operação inteligível entre eles? Eles compõem sentido ou problemática ou provocam reflexão ou têm função social?

A propósito, além do cenário do comércio descrito, foi construído, na sala *Lembranças aquecidas do cozer*, um ambiente que reproduz uma cozinha de pau a pique, buscando proporcionar ao visitante uma experiência imersiva ao se deparar com a simplicidade desse espaço doméstico, típica dos assentamentos rurais e reintroduz os utensílios a um contexto temporal e sobre as condições dos primeiros habitantes com “a ilusão de que contexto é o mero agrupamento de objetos tais como se encontravam na ‘vida real’”¹¹³. Ora, a memória construída nesse ambiente pode remeter à dificuldade que foi transformar um arraial tão precário e rural na segunda maior cidade de Minas Gerais, em valores como meritocracia do trabalho, a prosperidade que parece emanar das terras ubérrimas, questões muito exploradas pelos memorialistas. Seria também o momento de cultuar certa simplicidade da origem de Uberlândia e da permanência de tradições como a culinária típica.

Menezes continua a criticar que a produção deliberada de contexto pode retirar a historicidade dos objetos e congelá-los em sua época de produção, sem que haja significado da exposição para o visitante em seu tempo contemporâneo¹¹⁴ e dessa forma, concorda Néstor García Canclini:

¹¹² MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994, p. 27.

¹¹³ Ibidem, p. 30.

¹¹⁴ Ibidem, p. 31-32.

Assim como o conhecimento científico não pode refletir a vida, tampouco a restauração, nem a museografia, nem a difusão mais contextualizada e didática conseguirão abolir a distância entre a realidade e representação. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas. O museu e qualquer política patrimonial tratam os objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mas que exibi-los, tornam inteligíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos ou evocamos¹¹⁵.

Outro lugar importante no bairro Fundinho que vale a pena o destaque é a Praça do Rosário, lugar que está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, lugar de celebração da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, manifestação religiosa permanente na cidade desde o século XIX. Ambos os lugares são tombados como patrimônios, a praça em 2019¹¹⁶ e o edifício, em 1985¹¹⁷. Tem valor significativo na cidade, por ser o prédio religioso mais antigo do espaço urbano, numa primeira edificação iniciada em 1893 feita por descendentes de escravizados moradores do bairro Patrimônio e depois, um novo prédio foi inaugurado em 1931, impulsionado pela modernização do lugar, que já era central¹¹⁸.

Mediante a função inerente ao patrimônio de transmissão de significados múltiplos ou de ocultação de parte deles, do qual ainda sim, é possível, sob um olhar crítico, visualizar quais são as memórias veladas, ou seja, fazer um exercício de observação às avessas do patrimônio ali preservado. Isso ocorre pois o patrimônio pode ser encarado como um campo de conflito e de negociações, e as representações preservadas são selecionadas por certos setores, segmentos e grupos sociais. Por isso, há

um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio [...]. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua

¹¹⁵ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 202.

¹¹⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Praça do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/>. Acesso em 17/10/2024.

¹¹⁷ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/igreja-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em 17/10/2024. UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Praça do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/>. Acesso em 17/10/2024.

¹¹⁸ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/igreja-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em 17/10/2024. UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Praça do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/>. Acesso em 17/10/2024.

dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais¹¹⁹.

Uma educação patrimonial realizada no bairro Fundinho, visitando o Museu Municipal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito é basilar na construção de uma população que irá ver na patrimonialização, a maneira de preservação da identidade cultural e sua valorização. Isso seria a função do patrimônio, mas também se torna relevante problematizar as narrativas dos patrimônios, imbuídos de códigos e valores erigidos pela sociedade no período em que foram construídos ou no momento que foram tombados ou até mesmo quando são vandalizados ou destruídos.

Portanto, o patrimônio possui historicidade, pois transmite ao presente um conjunto de valores construídos no passado. Dependendo da forma como esse patrimônio é compreendido, contribui para a perpetuação desses valores e para sua projeção no futuro da sociedade. Sob essa perspectiva, é possível perceber o anacronismo presente nos patrimônios e monumentos, uma vez que eles são constantemente reinterpretados à luz das demandas do presente. Entretanto, preserva-se a forma pela qual a memória do passado é construída e representada na atualidade, fazendo com que a questão patrimonial se torne, essencialmente, um debate contemporâneo. Por isso, é interessante o historiador, principalmente o professor de História, utilizar o patrimônio, na sugestão de François Hartog, como objeto de trabalho através do conceito de lugar de memória de Pierre Nora, ativá-los e mantê-los vivos na atenção das narrativas que ele transmite, pois os monumentos históricos e patrimônios possuem uma outra episteme e historicidades próprias:

Cabe, assim, ao historiador dos lugares de memória encontrar os lugares ativos, as *images agentes* de Cícero, mas, ao contrário do orador que escolhia os *lugares* para memorizar seu discurso, o historiador parte dos *lugares* para reencontrar os “discursos”, dos quais foram os suportes. O que faz o *lugar de memória* é, enfim, que ele seja um entroncamento onde se cruzaram diferentes caminhos de memória. De modo que somente ainda estão vivos (*agentes*) os *lugares* retomados, revisitados, remodelados, rearranjados.¹²⁰

Dessa forma, esses lugares podem ser visibilizados como fontes históricas presentes do cotidiano para a população, mas que parte do ofício do historiador ativar os lugares de memória e pensar o contexto do patrimônio e do monumento que “documenta a sociedade que o ergueu,

¹¹⁹ BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014, p. 23.

¹²⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. São Paulo: Autêntica, 2013, p. 165.

procurando a eternização política da ordem social e legitimidade do poder constituído”¹²¹. Pensando o patrimônio nesse sentido, é possível provocar a população e os estudantes sobre a história de Uberlândia que é contada pelo Museu Municipal em sua exposição de longa duração, na invisibilização de pessoas negras que compunham a cidade. É preciso sempre lembrar que a perpetuação dessa memória coletiva sobre o que é a história de Uberlândia, é concebida pioneiramente pelos memorialistas, ou seja, o Museu é o encarregado de resguardar essa memória exclusiva dos grupos dominantes. Sendo, assim, se os memorialistas promovem a invisibilização desses “outros” da história, o Museu também fará.

Dessa forma, é possível pensar, por exemplo, que perto dessa região central, no bairro Patrimônio majoritariamente ocupado por pessoas negras e antes era separado da concentração principal que era o bairro Fundinho – inclusive pelo córrego São Pedro, uma barreira geográfica – e agora, por sua localização privilegiada, ocorre um processo de gentrificação, que acarreta na “expulsão dos moradores originais e/ou mais antigos para bairros mais distantes, e na substituição das edificações de caráter simples por grandes empreendimentos comerciais ou prédios residenciais multifamiliares”¹²², bem como as suas práticas culturais comunitárias como é a Congada, que é uma forte tradição uberlandense com mais de cem anos de existência formal. Ainda que a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito tenha se tornado patrimônio imaterial do município pelo decreto de nº 11.321, de 29 de agosto de 2008¹²³, é questionável a narrativa do único museu histórico da cidade não se encarregar de incluir em sua exposição permanente uma prática cultural sólida que se repete anualmente e já faz parte do calendário cultural da cidade.

Portanto, na construção de narrativas, memórias e identidades coletivas que o patrimônio emana já de antemão, “ao museu”, em seus múltiplos papéis, “não compete produzir e cultivar memórias, mas analisá-las, pois elas são um componente fundamental da vida social. E como esta memória é multifacetada e socialmente localizada [...], a exposição não deveria manter-se unilinear”¹²⁴. A sugestão de Ulpiano Meneses é que haja exposições paralelas que podem se contrapor, não na intenção de “relativizar o conhecimento histórico, mas demonstrar

¹²¹ SANTIAGO, Francisco das Chagas Fernandes. Auto de fé para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História (São Paulo)*, v. 42, p. e2023032, 2023, p. 16.

¹²² TRAVENÇOLO, Thalita Asperti. Entre o material e o imaterial: a preservação cultural do Bairro Patrimônio. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5523>, p. 47.

¹²³ Decreto de nº 11.321, de 29 de agosto de 2008. Diário Oficial do Município. Ano XX, nº 2995-A. Uberlândia, 29/08/2008.

¹²⁴ MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994, p. 40.

quais seus ingredientes e processos construtivos e, portanto, medir seu alcance”. Bem como os museus, os historiadores e professores de história devem, portanto, se preocupar em ensinar a fazer história, ampliando as possibilidades, as fontes, as perspectivas, as epistemologias e as críticas. Sendo assim, somente uma visita ao Museu Municipal de Uberlândia sem aporte crítico, seria insuficiente para ao mínimo pensar nas disputas de memória e nas relações de poder estabelecidas nesse campo do patrimônio, pois estaria mobilizando apenas um lado do “capital simbólico”¹²⁵.

A proposta, à contraponto do Museu, seria a visita técnica na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que com sua importância cultural diante do Congado em Uberlândia, estabelece justamente pontos divergentes ao discurso do Museu Municipal quanto à memória coletiva na formação da cidade. Além da visita ao patrimônio material tombado, a Igreja do Rosário é o local de realização dos festejos da Congada, sendo este patrimônio cultural e imaterial do município, do qual é possível mobilizar representantes dessa cultura com os líderes e anciãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e dos ternos de congada de Uberlândia. Isso significaria a ampliação das possibilidades de narrativa histórica para além de objetos, possibilitando aos estudantes terem contato com a história oral. Além de que, no presente momento, a presença de intelectuais especialistas como o historiador Jeremias Brasileiro nessa visita, seria de imensa contribuição para colocar em questão as disputas de memória sobre a festa do Congado e sobre a construção da própria Igreja do Rosário, em que relatos orais discordam de uma “memória oficial”¹²⁶. Dessa forma, o patrimônio não deve partir unilateralmente de um discurso estatal, mas

o Iphan entende que os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem também são considerados como contextos educativos importantes para a formação do sujeito e para seus modos de ser e estar no mundo. O processo de mediação é necessário, portanto, para a apropriação do conhecimento e conformação do patrimônio cultural, reconhecendo e respeitando a existência dos saberes locais, o olhar da vivência das comunidades onde esse patrimônio cultural é construído e a participação efetiva dos sujeitos sociais na conformação e apropriação do seu patrimônio cultural¹²⁷.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹²⁶ Ver BRASILEIRO, Jeremias. O ressoar dos tambores do Congado: entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas (1955-2011). 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.300>.

¹²⁷ TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016, p. 45.

Como já apontado, o Iphan também caracteriza que a educação patrimonial deve colocar a patrimônio como campo de conflito¹²⁸ que considere as diversas perspectivas sociais do que é importante na representação da identidade de um segmento social, inclusive dos próprios estudantes. Ainda que a festa do Congado seja tombada, na tentativa de fugir dos lugares de memória e patrimônios eleitos dentro de um imaginário social, ou seja, fetichizados como os centros históricos e museus centrais, visitar distintos lugares como o local sede de um terno de Congada seria uma opção marginal desse patrimônio já eleito, o que alarga ainda mais e coloca em voga a noção de patrimônio, daquilo que pode ser patrimonializado.

Assim, pretende-se fomentar uma “mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio”¹²⁹, que coloca o uberlandense mais perto daquilo que lhe parece intocado e inalterável, mas que faz parte do seu cotidiano e o coloca sujeito dessa história que é construída através de discursos. O discurso memorialista de Roberto Capri e Pedro Pezzuti é preservado na exposição *Nossas Raízes* do Museu Municipal de Uberlândia, e ambos emanam um discurso de ideário progressista da cidade, confunde a história da cidade com a história da elite econômica privada e política da cidade e elege quem pode ser lembrado e quem deve ser esquecido dessa história oficial. Fazer os sujeitos perceberem que a memória é uma construção muito relevante para entender os patrimônios e até mesmo, entender como se faz a história e como é contada.

É importante lembrar que não se quer propor ataques aos prédios e lugares, mas sugerir outros olhares, mais atentos e sensíveis em busca de valorizar o patrimônio e neles, propor ressignificações. Fazer isso seja na própria manifestação de contestação da mensagem que o patrimônio ou monumento passa – novamente a ideia de documento/monumento que conta certa narrativa histórica –, seja permanente ao imbuir práticas culturais de diversos povos. Dessa forma, se tenta contribuir na construção da sociedade plural, inclusiva e solidária que se almeja, por intermédio de uma perspectiva crítica na educação patrimonial.

4.1 Proposta de educação patrimonial para estudantes da rede de ensino de Uberlândia

Como parte desse trabalho, se alinha uma proposta de intervenção pedagógica crítica junto a estudantes da educação básica nos espaços do Museu Municipal de Uberlândia e da

¹²⁸ BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014.

¹²⁹ Ibidem, p. 23.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, patrimônios históricos situados no bairro Fundinho, região central da cidade. Partindo da premissa de que museus e patrimônios edificadas não são depositários neutros do passado, mas sim campos de disputa onde determinadas memórias são consagradas em detrimento de outras. Se busca problematizar a narrativa hegemônica do progresso que historicamente tem moldado a identidade uberlandense, presente tanto nas obras memorialísticas do início do século XX quanto na exposição de longa duração *Nossas Raízes*.

A proposta fundamenta-se nas concepções contemporâneas de educação patrimonial defendidas pelo Iphan, que compreendem o patrimônio como construção social e os sujeitos como participantes ativos na produção de sentidos sobre a cultura e a história. Por meio de etapas que envolvem contextualização, visita guiada, registro, exploração crítica e apropriação criativa dos espaços visitados, objetiva-se desenvolver nos estudantes a capacidade de identificar silenciamentos e hierarquias nas narrativas oficiais, reconhecer a pluralidade de sujeitos e experiências que compõem a história local, e ampliar sua compreensão sobre o que pode ser considerado patrimônio. Ao articular reflexão teórica e prática, memória e crítica social, o projeto pretende contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na construção e ressignificação do patrimônio cultural e de atuar para que outras histórias, por muito tempo invisibilizadas, encontrem seu lugar na cidade.

Portanto, o objetivo da proposta seria a visita guiada ao Museu Municipal de Uberlândia, como herdeiro de uma construção de memória dos memorialistas e à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito num contraponto do Museu, patrimônios tombados, e estabelecer uma dimensão crítica sobre eles e sobre os discursos de memórias que deles partem na constituição da historicidade de si e da cidade de Uberlândia.

Nessa atividade, os estudantes terão que identificar problemas na narrativa museológica do Museu Municipal de Uberlândia em sua homogeneidade e hegemonia, ou seja, um desequilíbrio social e cultural da história oficial como memória. Também poderão perceber na exposição do Museu, a falta de problemática, de sentidos e a fetichização de objetos, tangenciando a reflexão e a produção do conhecimento. Assim é possível estimular a consciência sobre o papel de cada sujeito como criador e mantenedor da memória e do patrimônio cultural de Uberlândia e também, dilatar noções concebidas de patrimônio e pluralidades de práticas, costumes e formas de ser que também podem ser valorizadas na sociedade.

A proposta de educação patrimonial pode ter métodos variados, aliás, se entende atualmente que ela não possui um único método que atenda as especificidades de cada educação

patrimonial realizada em diferentes contextos, bens e público e assim, deve ser tomada como processual e construtiva de acordo com as necessidades e peculiaridades da ação educativa. Nesse sentido, o *Guia Básico de Educação Patrimonial* de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro¹³⁰ não tem papel de estabelecer padrões metodológicos nas propostas educacionais patrimoniais, pois carrega heranças complicadas e debatidas no meio acadêmico.

Uma delas é de que a educação patrimonial seria uma metodologia de “alfabetização cultural” da qual coloca o sujeito como um alienado que desconhece cultura e mais ainda, não o considera um sujeito dotado de cultura e precisa ser conscientizado sobre os detentores do saber, braços das instituições governamentais, que elegeram determinado bem como relevante culturalmente de acordo com as suas referências culturais, bem no sentido antropológico. Diante disso, a posição do Guia entende o patrimônio como imutável e que a construção coletiva desse patrimônio ou de futuros pelo sujeito, não seja possível¹³¹. A concepção de educação patrimonial que o Guia possui, portanto, é de caráter instrutivista e tecnicista, sendo a abordagem da História

ali compreendida, se limitava à memorização e reprodução de entendimentos consolidados na materialidade, na absorção do pensamento eurocêntrico da valorização estética dos estilos arquitetônicos, como também na linearidade e na classificação dos padrões, de modo que a comparação entre as classes sociais fosse sutilmente acolhida e encaminhava os alunos a memorizar as informações, fortalecendo a narrativa de um conhecimento histórico, na verdade acrítico e suficiente para responsabilizá-lo pela conservação do patrimônio eleito pelos gestores¹³².

Átila Tolentino aponta que mesmo com o debate crítico sobre o Guia, ele foi importante referência a contribuir para a educação patrimonial e consolidação do ações de preservação do patrimônio, principalmente para professores de história, que muitas vezes são responsabilizados dessa prática, muitas vezes sem a formação adequada, sem recursos adequados e sem nenhum fomento a iniciativas externas ao ambiente escolar. O Guia divide o projeto de educação

¹³⁰ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p. 9.

¹³¹ TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, p. 39-48, 2016, p. 40-41.

¹³² MAIA, Mauricéia Aparecida Ferreira. Educação Patrimonial: Debate de conceitos e interpretações - "Patrimônio cultural - Identidade e Memória" de Conselheiro Lafaiete - MG. 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.544>, p. 50.

patrimonial em quatro etapas, sendo essas observações, registro, exploração e apropriação. Não é questionável essas etapas, desde que possam ser desenvolvidas de forma a considerar mais os sujeitos do que o patrimônio fetichizado e a perspectiva dos estudantes que fazem parte de comunidades locais que têm saberes e vivências próprias e também podem contribuir na construção do patrimônio local. A proposta não é limitada em seu público-alvo, mas é recomendado seu desenvolvimento a partir do 8º ano ensino fundamental, contemplando todo o ensino médio ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o projeto é proposto por quatro etapas:

Etapa 1: Depois de contextualizar os estudantes sobre o patrimônio a ser visitado, ou seja, sobre o Museu Municipal de Uberlândia (que também pode incluir a Praça Clarimundo Carneiro e a região do bairro Fundinho) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (mas também a festa da Congada), realizar de fato a visita a esses locais com tempo para observação do patrimônio. O agendamento deve ser feito com as instituições, para que além de organização e compatibilidade de agenda, o ideal seria que guias das próprias instituições pudessem expor as informações. É preciso instigar os estudantes sobre quais histórias estão sendo contadas naqueles lugares, qual a estética predominante, fazer comparações, atribuir significados, questionar a função dos objetos, sua utilidade e relações entre eles, qual a importância daquele patrimônio, quem o construiu, etc., fomentando as reflexões já nesse momento.

Etapa 2: O registro é fundamental para fixação do que foi percebido, lembrado através da memória, do que se conheceu. Aqui, podem ser feitas atividades de produção de desenhos, textos escritos, anotações, descrição e discussão oral, fotografias, etc. Nessa etapa, é aconselhável fazer durante a visita (Etapa 1) e melhor desenvolvida depois, com mais tempo, mas ainda não é uma avaliação ou produto final. Esse material produzido será usado nas etapas seguintes.

Etapa 3: Aqui julgo ser a parte mais importante do desenvolvimento do projeto, pois será feita a atividade de exploração, de análise dos problemas, de questionamento, do afloramento crítico sobre as observações e registros que os estudantes tiveram da visita e poderão interpretar e debater pontos de vista a partir de suas experiências de vida, da comunidade que faz parte e do conhecimento que já sabe. Se faz importante provocar os estudantes no sentido de notarem se nos objetos ou representações vistas nas exposições e nas visitas, são encontrados os sujeitos

que, de alguma forma, compõem a sociedade no presente, ou quais são os sujeitos mais valorizados, ou qual é a intenção de montar cenários e fazer uma comparação com o presente, etc. E ainda, comparar a experiência do Museu Municipal com a da Igreja do Rosário, em suas respectivas narrativas e representações, seria uma das chaves paralelas para um discurso. A ideia é que, ao fazer essa provocação, os estudantes possam reconhecer as desigualdades e a falta de visibilidade de certos setores da sociedade nas narrativas históricas, artísticas e culturais oficiais perpetuadas pelo Museu Municipal – seja de classe, de gênero, de raça, etc. –, pois se trata de um órgão administrado pela Prefeitura de Uberlândia, que costuma manter no executivo, os “coronéis” do progresso agrário, da modernidade e da bandeira dos milagres civilizatórios. É possível perceber que há duas igrejas no bairro Fundinho (a Igreja do Rosário e a Igreja Nossa Senhora das Dores), por exemplo, cada uma com um público diferente e por mais que Uberlândia hoje não seja uma cidade que viva segregada socialmente, são heranças históricas que dizem sobre o passado. O próprio site da Prefeitura admite a marginalização:

A Praça do Rosário foi criada de forma adversa. Este espaço urbano se formou nos arrabaldes do Arraial e terreno contíguo ao cerrado, localizado depois do cemitério e cercado por chácaras, caminhos, trilhos e estradas de saída da cidade. Local de pouca importância na cartografia urbana, se constituindo a partir dos usos e celebrações, passando a ter importância como espaço urbano somente nas primeiras décadas do século XX¹³³.

Essa ação pode incentivar uma consciência crítica e promover discussões sobre inclusão e representação, ajudando a formar cidadãos mais atentos às questões sociais, majoritariamente urbanas, foco da próxima etapa.

Etapa 4: A apropriação do patrimônio. É o momento do envolvimento afetivo dos estudantes, da valorização e o que eles têm a contribuir como sujeito da história nesse patrimônio, como uma ressignificação do documento/monumento, na proposta de Le Goff¹³⁴ de tirarmos a roupagem, de demolir a construção mesmo que simbolicamente. O professor poderá propor aos alunos as intervenções no patrimônio de maneira a fazerem releituras da mensagem em cartazes e desenhos, de interpretações teatrais, produção de jornal/vídeo/HQ/cartilha/post divulgados na escola, redes sociais e comunidade escolar sobre a falta de equilíbrio nas representações sociais

¹³³ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Praça do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/>. Acesso em 17/10/2024.

¹³⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

e culturais no museu histórico da cidade, mas que ao mesmo tempo, é possível observar identidades em outros lugares de memória, lugares importantes para a sociedade.

O patrimônio pode ser tomado como, muitas vezes, o passado materializado e assim, inalterado. Entretanto, não tem sentido a preservação de bens sem que se pense ele como produto de valores de sua época mantido para apenas permear esses valores e servirem de referências culturais no tempo presente. O mais esperado, partindo da concepção de uma visão mais crítica do patrimônio é, quais são os valores em que é preciso rever e expurgar, quais seriam interessantes manter. Para isso, ressignificações de patrimônios e monumentos terão de ser feitos somente quando conhecidos. No entanto, uma das falácias sobre educação patrimonial, apontado por Átila Tolentino¹³⁵, é de ser preciso conhecer para preservar, quando na realidade, o público é participativo e o patrimônio é volátil no tempo em que é percebido. A participação popular é bem notada quando aparecem pichações e outros ataques iconoclastas em patrimônios e monumentos como na estátua de Borba Gato¹³⁶ em 2021 por exemplo, que colocou em debate a validade da homenagem contemporânea a um personagem antigo, o qual alavancou o progresso ao custo de sangue indígena.

Se espera que a criticidade esteja presente no olhar dos estudantes ao perceber um patrimônio consagrado, perceber que existem problemas, tensões e conflitos ocultos na temática de uma exposição de museu, perceber que existem disputas discursivas e que a história é contada de pontos de vista, muitas vezes, é a dos vencedores que estabeleceram uma hegemonia da memória e ainda, perceber quem e porque se decide patrimonializar determinado prédio ou monumento ou prática cultural e social, e que essa construção do que é patrimônio ou não, é popular e participativa, medida pela importância do bem para o povo. As ressignificações, nesse sentido, não partem de ataques aos patrimônios e monumentos – o que não deixa de ser uma ressignificação, bem chamativa que ativa a sociedade a questionar a existência e manutenção do monumento – mas parte da iniciativa de um olhar mais sensível e questionador do patrimônio, enquanto em sua exclusão, discurso, referência cultural, memória, saberes e identidade. Assim, expõe o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil:

¹³⁵ TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, p. 39-48, 2016.

¹³⁶ Esse debate é bem analisado socialmente, no que tange as ressignificações, e historiograficamente em SANTIAGO, Francisco das Chagas Fernandes. Auto de fé para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História (São Paulo)*, v. 42, p. e2023032, 2023.

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente¹³⁷.

Como forma de avaliar se a educação patrimonial atingiu seus objetivos expostos, seria através da análise crítica e a participação ativa dos estudantes. Um dos eixos centrais será a análise dos produtos desenvolvidos pelos alunos, como cartazes, vídeos, histórias em quadrinhos e peças teatrais. Esses materiais servirão como evidência tangível do aprendizado, sendo avaliados com base em quatro critérios principais: o reconhecimento das memórias invisibilizadas nos espaços patrimoniais – como a ausência de narrativas afro-brasileiras, presente na cidade no abandono do patrimônio imaterial da Congada –; a capacidade de propor ressignificações críticas que contestem mensagens hegemônicas – por exemplo, reinterpretando monumentos ou inserindo perspectivas históricas alternativas –; a percepção de sentido em exposições de museus – transicionando de “teatro da memória” ao “laboratório da história” em Menezes – e; a incorporação de uma pluralidade de vozes, valorizando grupos sociais tradicionalmente excluídos da construção da memória urbana local – ao dilatar a noção de patrimônio.

Paralelamente, o registro de participação e engajamento durante as atividades permitirá mensurar o envolvimento dos estudantes. Por meio do registro das observações, serão documentados aspectos como a interação em discussões sobre sentido de peças de museu ou o que é considerado relevante na história de uma cidade, a profundidade das reflexões críticas durante a etapa de exploração – como a relação entre exclusão estrutural e a seleção de memórias nos patrimônios – e a criatividade demonstrada nas intervenções propostas, incluindo o uso de linguagens artísticas inovadoras ou adaptações às realidades locais. Esses registros não apenas refletem o comprometimento individual, mas também ajudarão a identificar lacunas no processo de aprendizagem.

Complementarmente, a compilação de um portfólio de registros individuais — composto por cadernos de anotações, fotografias, desenhos e textos produzidos durante a visita — oferecerá *insights* sobre a conexão entre teoria e prática. A análise desses materiais buscará verificar se os estudantes observaram detalhes significativos nos espaços visitados, como contradições arquitetônicas ou simbologias que refletem hierarquias sociais. Um exemplo disso

¹³⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Folder institucional, 3ª ed., *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. 2008.

é a da coexistência de igrejas de públicos diferentes e manifestações culturais que sofrem ataques preconceituosos. Além disso, avaliará se houve articulação entre o conteúdo teórico abordado em sala, como a história da Praça Clarimundo Carneiro, e as percepções vividas durante a experiência prática.

Por fim, a avaliação do impacto na comunidade focará na divulgação dos trabalhos finais em murais escolares, redes sociais ou eventos locais. Nessa etapa, pode ser feito um monitoramento da repercussão das intervenções por meio da coleta de comentários e reações da comunidade escolar e do público em geral, buscando identificar se as propostas dos estudantes geraram reflexões sobre representatividade, sentido em exposições de museus e o que se entende por patrimônio e seu valor. Indicadores como o aumento de visitas aos locais patrimoniais abordados ou o interesse em debates sobre políticas culturais na cidade serão considerados para mensurar o alcance do projeto.

Ao integrar análise crítica, engajamento prático e impacto social, reforça-se que a

educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade, e não uma educação instrutivista, homogeneizadora e bancária (na acepção freiriana), a serviço da manutenção de um determinado *status quo* e de sistemas de dominação vigentes¹³⁸.

Em síntese, a combinação desses instrumentos permitirá não apenas verificar o cumprimento dos objetivos educacionais, mas também compreender como a proposta influenciou a percepção dos estudantes e da comunidade sobre o patrimônio.

¹³⁸ TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, p. 39-48, 2016, p. 47.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho dedicou-se a analisar criticamente as narrativas históricas memorialísticas de Roberto Capri e Pedro Pezzuti e a narrativa museológica da exposição *Nossas Raízes* do Museu Municipal de Uberlândia. Tais discursos, direta ou indiretamente estão vinculados aos grupos sociais dominantes e ao poder público municipal, assim, construíram e perpetuaram uma história oficial da cidade assentada em tons de civilidade, ordem, progresso e modernidade.

A investigação permitiu compreender que as obras memorialísticas, embora não possuam o rigor metodológico da historiografia acadêmica, constituem fontes documentais valiosas para o entendimento dos processos de construção identitária e da memória coletiva em Uberlândia. Conforme discutido a partir das contribuições de Jörn Rüsen e Paul Ricoeur, tais narrativas emergem da consciência histórica e estabelecem conexões profundas com o vivido, conferindo sentido à experiência temporal e construindo identidades. Os memorialistas, nesse sentido, aproximam-se do cidadão comum justamente por operarem no campo da memória e da experiência cotidiana, ainda que o façam a partir de perspectivas marcadas por interesses específicos. Ainda é possível ponderar que a construção de memória de Uberlândia é advinda desses memorialistas e por isso, essas obras constituem importante fonte histórica para o historiador interessado a identificar a origem da memória coletiva de Uberlândia, além de estudar as características de obras memorialísticas.

A análise retórica fundamentada nos conceitos aristotélicos de *ethos*, *pathos* e *logos* revelou as estratégias argumentativas mobilizadas por Capri e Pezzuti para conferir credibilidade a seus discursos, despertar paixões positivas na plateia e apresentar provas que sustentam a imagem de uma cidade próspera e destinada ao progresso. No que concerne à narrativa museológica, a análise da exposição *Nossas Raízes* evidenciou a permanência desse mesmo ideário progressista no tempo presente. A exposição, ao organizar-se como uma recomposição cenográfica que retrata a trajetória de Uberabinha até 1908, opera no registro do que Ulpiano Bezerra de Meneses denominou “teatro da memória”, no qual os objetos são apresentados de forma fetichizada, desprovidos de problematização histórica e apartados das tensões e conflitos que constituem o tecido social. A ausência de narrativas negras, indígenas e de classes trabalhadoras na exposição, contrastada com a presença desses sujeitos em outros espaços da cidade, revela o caráter seletivo e hierarquizante da memória oficial.

A proposta de educação patrimonial buscou justamente responder a essa constatação, oferecendo instrumentos para que estudantes da educação básica possam desenvolver um olhar

crítico sobre os discursos patrimoniais e museológicos, esse último, herdeiro das narrativas histórico-memorialística. Ao articular a visita ao Museu Municipal com a visita à Igreja do Rosário e a reflexão sobre o Congado como patrimônio imaterial por exemplo, a pretensão é dilatar a noção de patrimônio, evidenciar as disputas de memória que o constituem e reconhecer os sujeitos históricos tradicionalmente invisibilizados nas narrativas oficiais. Fundamentada nas diretrizes contemporâneas do Iphan e na crítica ao modelo instrutivista do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, a proposta assume a educação patrimonial como prática dialógica, reflexiva e politicamente comprometida com a construção de uma sociedade plural e democrática.

A investigação permitiu, assim, confirmar a hipótese inicial de que as narrativas memorialísticas do início do século XX e a narrativa museológica contemporânea compartilham um mesmo projeto discursivo: a afirmação de Uberlândia como cidade do progresso, destinada a cumprir uma missão civilizatória no sertão mineiro. Tal discurso, longe de ser neutro ou meramente descritivo, opera como instrumento de legitimação de determinados grupos sociais e de naturalização de hierarquias e exclusões. Como demonstrado, a memória é campo de disputa, e os lugares de memória – sejam livros, museus ou patrimônios edificadas – são arenas onde diferentes projetos de cidade e de sociedade se confrontam.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para os debates acerca da história e da memória em Uberlândia, oferecendo subsídios tanto para a crítica às narrativas hegemônicas quanto para a construção de práticas educativas que valorizem a diversidade de experiências históricas e culturais que compõem a cidade. A tarefa do historiador, neste contexto, não se limita à análise do passado, mas se estende à intervenção crítica no presente, problematizando os discursos instituídos e somando-se às vozes que também narram suas histórias e reivindicam seu lugar na memória coletiva.

FONTES

CAPRI, Roberto. *Município de Guarará*. Edição Fac-Símile. São Paulo: Pocaí & Cia , 1916. Disponível em: <https://guararahistoria.blogspot.com/2017/04/fazendo-parte-das-comemoracoes-do.html>. Acesso em: 26 mai. 26.

CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e000 Dia Ed., 1916.

CAPRI, Roberto. *O Estado de S. Paulo e seus municipios*. São Paulo: Typ. Pocaí & Weiss, 1913. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=fDJQAQAIAAJ&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 mai. 25.

CAPRI, Roberto. *Varginha 1917*. Edição Fac-Símile. São Paulo: Pocaí & Cia , 1917. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/varginha-1917-roberto-capri.pdf>. Acesso em: 11 dez. 25.

PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha – Historia, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros no Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia, v. 1: Uberlândia Gráfica, 1970.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros no Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia, v. 2: Uberlândia Gráfica, 1970.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.), *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 216-278.
- ARISTÓTELES. Retórica. In. *Obras Completas de Aristóteles*. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- AZEVEDO, André Nunes de. AS NOÇÕES DE PROGRESSO DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 13, n. 22, p. 69–88, 2016. DOI: 10.18817/ot.v13i22.539. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/539. Acesso em: 16 maio. 2026.
- BARROS, José D.’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, pp. 1-27, 2012.
- BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASILEIRO, Jeremias. *Congado em Uberlândia: espaço de resistência e identidade cultural, 1996-2006*. 2006. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BRASILEIRO, Jeremias. *O ressoar dos tambores do Congado: entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas (1955-2011)*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.300>.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARMO, Luis Carlos do. *Função de Preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2000.
- CARNIELLI, Flávio. A cidade do cartão-postal: os memorialistas de Campinas e suas leituras da cidade (1930-1974). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 57–76, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v14i15.8645640. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645640>. Acesso em: 16 abr. 2026.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *Genealogia e historiografia: dissolução do sujeito, elisão da memória*. IN: Redobra - UFBA, nº 13, Ano 5, 2014.

FARIA, Natália Médici. O papel da narrativa na historiografia: A perspectiva de Hayden White em um contexto modernista. XXXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 33, 2025, Belo Horizonte. *Anais [...]*: Belo Horizonte: ANPUH-Brasil, 2025. Disponível em: https://www.snh2025.anpuh.org/resources/anais/11/snh2025/1755884858_ARQUIVO_a4d7dbd78eb0d1d02223ec64572212eb.pdf. Acesso em 16 jun 2026.

FREITAS, Eliane Martins de. *Memórias de uma "Odisseia"?: Tito Lívio (Teixeira) e a construção da memória histórica sobre a "Revolução de Trinta" em Uberlândia-MG*. 1999. 168f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1587057. Acesso em: 10 dez. 2025.

FRITSCH, Winston. 1922: A Crise econômica. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 3-8, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. São Paulo: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades: Uberlândia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em 11 dez. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Folder institucional, 3ª ed., *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990.

MAIA, Mauricéia Aparecida Ferreira. Educação Patrimonial: Debate de conceitos e interpretações - "Patrimônio cultural - Identidade e Memória" de Conselheiro Lafaiete - MG. 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.544>.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. "Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido". In: *Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia*. Uberlândia (40): pp. 55-80, jan. jun. 2009.

MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 9-42, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PEREIRA, Renato José. *Museu Municipal de Uberlândia: memórias e representações presentes na exposição Nossas Raízes (2000-2009)*. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

REIS, José. Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>. Acesso em: 7 maio. 2026.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES DA SILVA, Dirceu. As hagiografias como fontes históricas: uma leitura de Michel de Certeau. *Anais dos Simpósios da ABHR*, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/878>. Acesso em: 29 maio. 2026.

ROSSI, Paolo. *Naufraágios sem espectador: A ideia de progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RUSEN, Jörn. Pragmática. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTIAGO, Francisco das Chagas Fernandes. Auto de fé para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História (São Paulo)*, v. 42, p. e2023032, 2023.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura de São Bernardo do Campo. *São Bernardo na obra de Roberto Capri*. Centro de Memória de São Bernardo. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/sao-bernardo-na-obra-de-roberto-capri>. Acesso em 14/02/2026.

SBRANA, Roberta Aline. Análise retórica de narrativas memorialísticas. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. Especial, p. 329-353, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, p. 39-48, 2016.

TRAVENÇOLO, Thalita Asperti. Entre o material e o imaterial: a preservação cultural do Bairro Patrimônio. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5523>.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Atual Reserva Técnica – Antiga Biblioteca Municipal*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/atual-reserva-tecnica-antiga-biblioteca-municipal/>. Acesso em 17/10/2024.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Conjunto Praça Clarimundo Carneiro, Edifício da Câmara Municipal e Coreto*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-clarimundo-carneiro-camara-municipal-coreto/>. Acesso em 17/10/2024.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/igreja-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em 17/10/2024.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Museu Municipal*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/museu-municipal/>. Acesso em 17/10/2024.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Praça do Rosário*. Secretaria de Cultura. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/>. Acesso em 17/10/2024.

VANZO, Pierpaolo Toffano. *Educação patrimonial: uma forma alternativa para o ensino de História*. 2003. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.